RELATÓRIO ANUAL 2022





EXPEDIENTE

Relatório Anual 2022

Este relatório é uma publicação da Cooperativa da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão União e Negócios - Sicoob Integração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Amarildo Pereira - Presidente José Ivo Beltrão - Vice-Presidente

Conselheiros Efetivos

Aparecido Queiroz da Silva Dari Carvalho dos Santos Divino Wires de Souza Mauricio Lucio Nantes Roberto de Jesus Cesar Vanderlei Salmoria

CONSELHO FISCAL

Benedito Ferreira Paes Sobrinho Moreira Genivaldo Santana da Costa Jadir Brum Brasil Willian Satoshi Matsumura

DIRETORIA EXECUTIVA

Adriane Cristina de Menezes Fassbinder – Diretora Administrativo Financeiro Elisangela Araujo da Silva Castelhano – Diretora de Riscos e Controles Orleans Cichaczewski – Diretor de Negócios Robson Brollia – Diretor de Negócios

SEDE ADMINISTRATIVA

Av. Carmindo de Campos, 727, Jd. Califórnia Cuiabá/MT - CEP 78.070-395. sicoob.com.br/sicoobintegracao

COORDENAÇÃO

Dep. Comunicação e Marketing e Diretoria Executiva.

PRODUÇÃO

Dep. de Comunicação e Marketing do Sicoob Integração Fotos: Arquivo 4425.marketing@sicoob.com.br

SUMÁRIO

- 4 MENSAGEM
 DO PRESIDENTE
- 5 GOVERNANÇA
- 9 NOSSAS PESSOAS
- 20 FINANCEIRA,
 COOPERATIVISMO E
 COMUNIDADE

- 29 COMPROMISSOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 - 32 EXPANSÃO
- 37 SICOOB EM NÚMEROS
- 45 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM DO PRESIDENTE

2022 foi um ano de muitos avanços em nossa Cooperativa.

Quando iniciamos os trabalhos da nova gestão, o cenário era preocupante, a Cooperativa estava amargando com a classificação em nosso Rating Sistêmico em "Risco Médio" e caminhando para uma incorporação. O Rating é uma medida de desempenho, que se utiliza de diversos indicadores para avaliar a saúde econômica e financeira das cooperativas e esta medição foi elaborada pela Sicoob Central Rondon e acompanhado pela área de Gestão Integrada de Riscos do Centro Cooperativo Sicoob - CCS.

Podemos afirmar que, tal situação levou os cooperados a elegerem nova liderança para a presidência do Conselho de Administração do Sicoob Integração.

Diante dessa grave situação, nos dedicamos arduamente para ajustar os indicadores INAD 15, PROV, Índice de Basileia e outros que refletem na classificação do Rating.

Com novas ideias, novas percepção do mercado e com muita responsabilidade, conseguimos uma nova classificação extraordinária, saímos do Risco Médio e fomos classificados em Risco Muito Baixo. Essa foi uma conquista muito celebrada por nós, pois sabíamos os benefícios que traria aos nossos cooperados.

Superando essa etapa dos enquadramentos nos índices, no segundo semestre de 2022 começamos a colher bons frutos, um deles foi o resgate da confiança perante o CCS e ao Banco Central.

Essas conquistas nos impulsionaram a batalhar por muitas outras e o crescimento veio, superamos marcas incríveis, um exemplo é o record histórico em Sobras Líquidas, sendo a maior que a Cooperativa já obteve.

Os incrementos não pararam por aí, crescemos o Capital Social em mais de R\$ 15 milhões; superamos a marca de 28 mil cooperados; Em Ativos Totais crescemos mais de R\$ 120 milhões.

Finalizando os destaques, avançamos com a abertura de 11 novas Agências e Pontos de Atendimentos na capital e em várias cidades do interior do Estado.

Encerro agradecendo a Deus, a nossa equipe e a todos que acreditam e confiam em nós, pois o nosso objetivo é servir você, nosso cooperado, oferecendo serviços de qualidade de maneira justa, para promover a sua prosperidade financeira!

Os desafios para 2023 continuam gigantes, mas com o apoio dos donos do negócio, os cooperados, continuaremos crescendo firmes e fortes!

Amarildo Pereira Presidente







ASSEMBLEIAS

ÓRGÃO SUPREMO DA COOPERATIVA

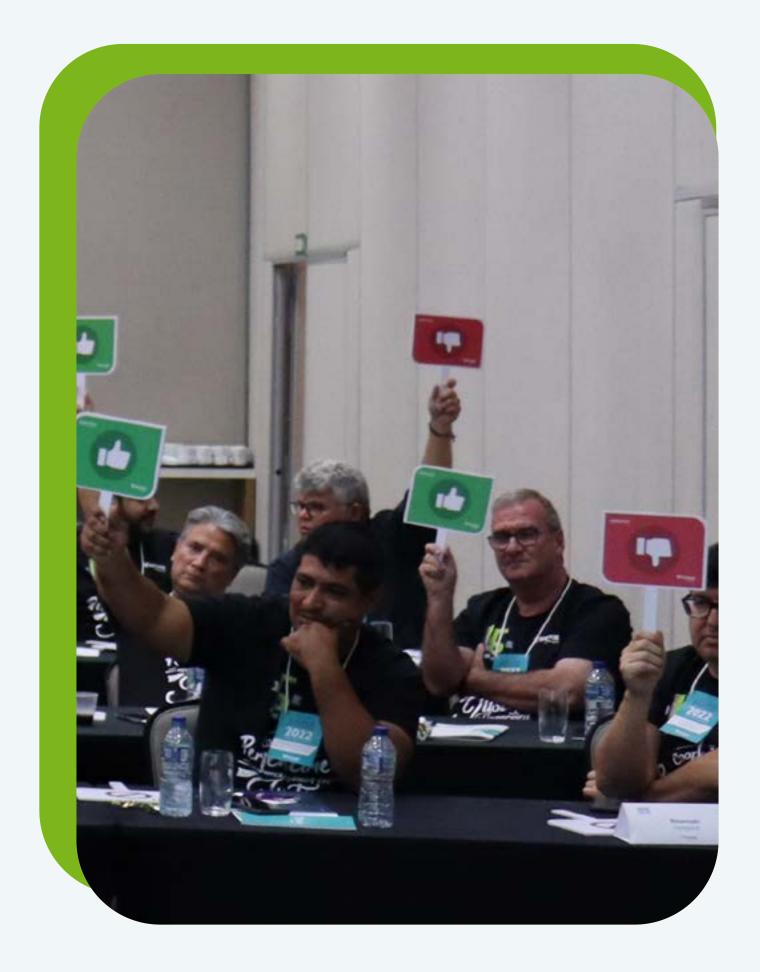


Fluxo de participação e representação de

cooperados.

A Assembleia é um ato em que se delibera as decisões estratégicas que norteiam o futuro da Cooperativa. Ocorre, ordinariamente, uma vez ao ano, e extraordinariamente sempre que necessário. É convocada por meio de edital, no qual consta a pauta de assuntos a serem discutidos e deliberados. As deliberações vinculam todos os cooperados, mesmos os discordantes e os ausentes.

De acordo com as diretrizes do Banco Central, para boas práticas de Governança das cooperativas financeiras, recomenda-se que para a votação durante as Assembleias a votação seja em regime de representação por Delegado, para as Cooperativas com mais de 3.000 cooperados, principalmente as de livre admissão. Esse modelo tem-se mostrado eficaz na interlocução entre os dirigentes e os cooperados representados pelos delegados.





CONSELHO

DE ADMINISTRAÇÃO



O Conselho de Administração é eleito em Assembleia nos termos previsto no Regimento Eleitoral e tem atribuições representar os cooperados na gestão estratégica e defesa de seus interesses na cooperativa, bem como o acompanhamento das metas e demais ações acordadas em Assembleia.

Amarildo Pereira – Presidente
José Ivo Beltrão – Vice-Presidente
Membros Efetivos
Aparecido Queiroz da Silva
Dari Carvalho dos Santos
Divino Wires de Souza
Mauricio Lucio Nantes
Roberto de Jesus Cesar
Vanderlei Salmoria

CONSELHO

FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da cooperativa e tem a função de monitorar e fiscalizar as ações, projetos e metas estabelecidos pelos cooperados/delegados em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária estão, de fato, sendo realizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Reúnem-se uma vez ao mês e ou extraordinariamente, sempre que necessário.

No Sicoob Integração, o Conselho Fiscal é composto por 3 Membros Efetivos e 1 Membro Suplente. São eles: Benedito Ferreira Paes Sobrinho Moreira Genivaldo Santana da Costa Jadir Brum Brasil Willian Satoshi Matsumura



DIRETORIA

EXECUTIVA

A Diretoria é responsável por cumprir as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração, executando planos, metas e estratégias que vão resultar no cumprimento dos objetivos estatutários.



Adriane Fassbinder
Diretora Administrativo
Financeiro



Elisangela Castelhano
Diretora de Riscos
e Controles



Robson Brollia
Diretor de Negócios
Região Norte e Noroeste



Orleans CichaczewskiDiretor de Negócios
Região Baixada Cuiabana

DELEGADOS

Os delegados têm o dever de representar os cooperados nas Assembleias Gerais da Cooperativa, ser atuantes representando o interesse majoritário do quadro social nas decisões da Cooperativa.

Conheça os Delegados do Sicoob Integração:

Ag. Centro

Aluizio Castro Sampaio
José Ferreira Leite
Paulo da Silva Costa
Vinicius Andrade Marinho
Antonio Roberto Possas de Carvalho

AG. CPA

Gilvano Rossato Wesley Pinheiro de Souza Junior

Ag. Carmindo de Campos

Eliel Baptista Gusmão Ronnie Eder Teixeira Da Silva Valdes Almirão Lacortt

Ag. Filinto Müller

Noemerson Real de Brito Fortunato Moraes de Souza Igor Melo Campos Samoel De Almeida Barros

Ag. Distrito Industrial

Osvaldecir Jose Lavrador Roque Durante

Ag. Assembleia Legislativa

Sergio Maurilio Pasinato Darci Lovato

Ag. TCE

Domingos Silva Lima

Ag. Jardim Cuiabá

Sidney Farina Fausto Massao Koga

Ag. Chapada dos Guimarães

Carlos Roberto Santana Nunes

Ag. Juína

Paulo Alvez Queiroz Pedro Francisco Soares

Ag. Brasnorte

Giovan Luis Burg

Ag. Castanheira

Leonir Chaves



RECRUTAMENTO

E SELEÇÃO

2022 foi um ano desafiador!

Com o Plano de Expansão do Sicoob Integração a área de Recrutamento e Seleção teve um papel ímpar no projeto, com atuação intensa, mobilizando esforços pela busca de talentos que pudessem somar a esse grande sonho, construir uma Cooperativa extraordinária.

Uma das premissas que guiou a área foi valorizar e prestigiar os talentos locais, priorizando a contratação de profissionais que morassem nas cidades que estávamos abrindo um novo ponto de atendimento. Além da realização dos processos seletivos *in loco*, que fez toda a diferença. Atuamos de maneira humanizada, criando proximidade e posicionando o Sicoob Integração não apenas como mais uma opção financeira, mas também como parceiro para desenvolvimento da comunidade.

Outro ponto importante de se revisitar foi o nosso comprometimento em formar talentos. Dentro do nosso Plano de Cargos e Salários sistêmico, determinados cargos envolvem alguns requisitos, como a certificação ANBIMA e formação profissional superior, por exemplo. E para os que estão iniciando a carreira no cooperativismo, a primeira etapa do nosso processo é muito marcante, onde realizamos uma palestra sobre o que é o cooperativismo, o Sicoob, a nossa essência, nosso propósito, pois sabemos que é esse empoderamento irá nortear todas as demais etapas: o brilho nos olhos dos profissionais impactados!





Processo Seletivo realizado em Diamantino/MT.

Encerramos 2022 com

240

COLABORADORES

PROGRAMA

BOAS-VINDAS

O Programa de Boas-Vindas Virtual é uma ação de onboarding/integração aos novos colaboradores do time Sicoob Integração. É um momento rico de intercâmbio para conhecermos os novatos e para que eles possam conhecer os colegas as suas áreas de atuação e sobre a nossa Cooperativa. É um ocasião planejada com muito cuidado, regada de descontração, risadas e muitas informações. Tudo isso, para que os participantes sintam-se acolhidos e empoderados para falar sobre o Sicoob.

Pelos feedbacks, sabemos que esse momento faz toda diferença!

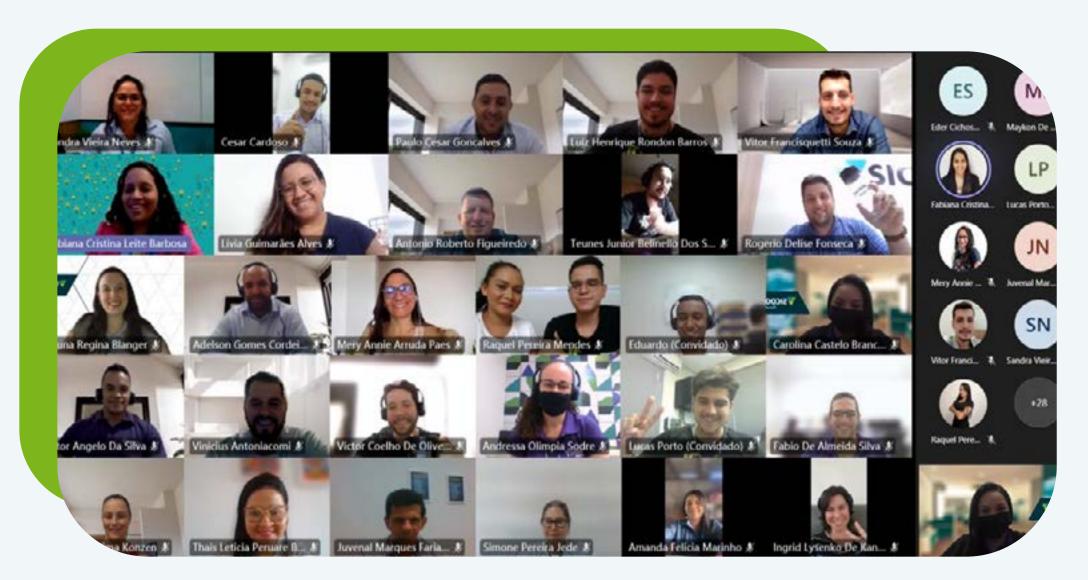
1ª Turma (julho):

31 Participantes

2ª Turma (agosto):

30 Participantes







11

EDUCAÇÃO

CORPORATIVA

O Sicoob possui uma plataforma de Educação Corporativa, o Sicoob Universidade, com um vasto catálogo de cursos, todos digitais, que tem como finalidade oferecer aos nossos colaboradores capacitações com soluções educacionais, para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

12.224

Cursos realizados pelos nosso colaboradores

+de 30h

Investida em formação por colaborador em 2022

CERTIFICAÇÃO



12

ANBIMA

É um diferencial para a nossa Cooperativa que os nossos colaboradores que atendem diretamente o nosso Cooperados estejam preparados para sanar quaisquer dúvidas. E uma certificação extremamente importante para a atuação no mercado financeiro é da ANBIMA.

Por essa razão, incentivamos a nossa equipe a participarem dos cursos disponibilizados no Sicoob Universidade e também com o auxílio financeiro para custear as despesas com a prova.

Certificações Totais: 164

Certificações Obrigatórias: 89

Aux. Educação: 37 Colaboradores atendidos

Valor investido: R\$ 13.830,00

FORMAÇÕES

REALIZADAS

Sabemos que ter a equipe preparada para atuar no mercado é primordial o atendimento dos nossos cooperados, por essa razão, além das dezenas de cursos oferecidos no Sicoob Universidade, em 2022, a Cooperativa também investiu no desenvolvimento dos colaboradores em outras formações. Confira:

Treinamento de Indicadores Estratégicos;32 Participantes, entre Gerente de Agência,
Diretoria e Gestores da UAD, Consultores e
Área de Riscos e Controles.

Libras (Portal Educação-Online): 21 Colaboradores

Dale Carnegie Course: 11 Colaboradores

Palestra com Mário Sergio Cortela:
40 colaboradores participantes, entre eles
Gerente de Agência, Diretoria, Gestores
UAD e Consultores.



Formação Dale Carnegie

FORMAÇÕES



NA SICOOB CENTRAL RONDON

O Sicoob Integração conta com as Formações realizadas pela nossa Sicoob Central Rondon e em 2022 destacaramse a Academia de Negócios e o Decola Sicoob Seguros. Participaram, dessas capacitações, colaboradores que atuam em nossas agências e na nossa Unidade Administrativa.



Formação de Gerentes de Agência



Formação de Consultores e Gerentes



Endomarketing são ações internas para reconhecimento e retenção dos colaboradores.

É fundamental para manter a equipe engajada e conectada com o propósito da Cooperativa, impactando diretamente nas entregas e no sentimendo de pertencimento.

Ações Realizadas 2022

Tempo de Casa

Aniversário

Antiversurio

Filhos Sicoob

Novo Desafio

Dia das Mulheres

Dia das Mães

Aniversário Cooperativa Azul

João

Páscoa

Natal

Dia dos Pais

Outubro Rosa

Novembro

Dia de São

Tempo de Casa

São ações de reconhecimento e valorização do colaborador pelo tempo de dedicação e parceria com a cooperativa.

Conforme o tempo de casa, foi entregue um presente de agradecimento.

- 1 Ano: Cartão com chocolate Talento;
- 5 Anos: Cooler Sicoob;
- 10 Anos: Kit de espumante e trufas com vale presente de 200 reais:
- 15 Anos: Flores com um cartão de presente de um final de semana em uma pousada com acompanhante;
- 20 Anos: Vale Viagem de 10 mil reais;
- Demais anos: Cartão com chocolate Ouro Branco.



Aniversário

Com o propósito de proporcionar um dia de tranquilidade e melhor proveito no dia do aniversário, o colaborador tem o Day Off para descanso e comemorar da maneira que achar melhor seja com familiares ou amigos.





Filhos do Sicoob

A chegada de um bebê na família, é um misto de grandes sentimentos.

A Cooperativa, esteve presente nesse grande momento de alegria dos colaboradores, com as seguintes ações:

- Chá de Fraldas com a equipe;
- Flores e *Body* personalizado entregue na casa do colaborador após o nascimento do bebê.



Novo Desafio

O Novo Desafio tem por objetivo o reconhecimento das entregas e competências do colaborador.

Essas ações engajam a equipe e proporcionam o encarreiramento do colaborador.

Com o novo cenário da Cooperativa, o Novo Desafio tem por propósito colocar a "pessoa certa, no lugar certo", para que elas pudessem atuar de maneira estratégica.



Dia das Mulheres

No Dia das Mulheres reconhecemos a importância de nossas colaboradoras em suas atuações como profissionais e também como colegas, amigas e parceiras.

Com isso, em 2022, a Cooperativa presenteou as mulheres com uma nécessaire e uma box de café da manhã.



Dia das Mães

No Dia das Mães foi realizado uma homenagem dos filhos para as mamães.

Osfilhosgravaramvídeos falandodos entimento único de filho pra mãe.

A Cooperativa presenteou as mamães com uma linda toalha bordada "mãe", além desse momento especial da exibição do vídeo em companhia das colegas mães.



Dia dos Pais

No Diados Pais, também tivemos esse momento emocionante, com a exibição do vídeo com as mensagens dos filhos para os papais.

Além disso, a Cooperativa presenteou os papais com uma linda toalha bordada "Pai".



Aniversário da Cooperativa

Em 2022 a Cooperativa completou 15 anos de atuação e é claro que a data não passaria em branco.

Sendo assim, cada agência teve a sua comemoração em equipe, com bolo e decoração. Os colaboradores receberam uma camiseta comemorativa aos 15 anos e um troféu por agência.



Páscoa

A Páscoa é uma data que esta na cultura da Cooperativa presentear os colaboradores. Em 2022 foi entregue aos colaboradores ovos

Em 2022, foi entregue aos colaboradores ovos de chocolate, com uma dinâmica de elogio para o colega.

Então, cada colaborador entregou um ovo para outro colega como forma de agradecimento pela parceria diária.



Outubro Rosa

Outubro é o mês de conscientização da prevenção do câncer de mama.

Desta maneira, foi realizado um bate-papo com os colaboradores abrindo espaço para falarmos sobre a importância do autocuidado e orientando quanto a prevenção desse câncer. Além do bate-papo, entregamos o laço rosa para os colaboradores, deixando visível o nosso apoio a causa.



Natal e Ano Novo

No fim de ano, os colaboradores foram presenteado com um Vale Presente e um Kit com agenda, calendário e caderno.





18

PROGRAMA DE

RECONHECIMENTO E RECOMPENSA

Em fevereiro tivemos um momento para implantação do novo Plano de Cargos e Salários sistêmico e inicio do ciclo Gestão de Desempenho 2022.

Na oportunidade tivemos uma palestra motivacional com Marco Simioni, para engajamento do time, apresentação da nova estrutura do time e em busca do tão sonhado Programa de Reconhecimento e Recompensa - PRR.



REUNIÃO DE

LÍDERES EXTRAORDINÁRIOS

Realizamos 5 encontros presenciais com nossos gestores com intuito de alinhamento e fortalecer nosso grupo de líderes. Assim gerando pertencimento e todos juntos caminhando para o propósito de crescimento da Cooperativa.





19

BENEFICIOS

Atualmente oferecemos um conjunto de benefícios para os nossos colaboradores.

O benefício é uma concessão realizada pela empresa com o objetivo de estabelecer uma forma diferenciada de recompensa, contribuindo para o bem-estar de seus empregados.

Por regra, os benefícios oferecidos pelas empresas são concedidos a todo o quadro funcional, de acordo com o tipo de vínculo empregatício.

Benefícios

- Gympass;
- Plano de Saúde;
- Plano Odontológico;
- Auxílio Educação;
- Vale Alimentação;
- Participação nos Resultados;
- Previdência Privada;
- Seguro de Vida;
- Day Off;





CIDADANIA FINANCEIRA

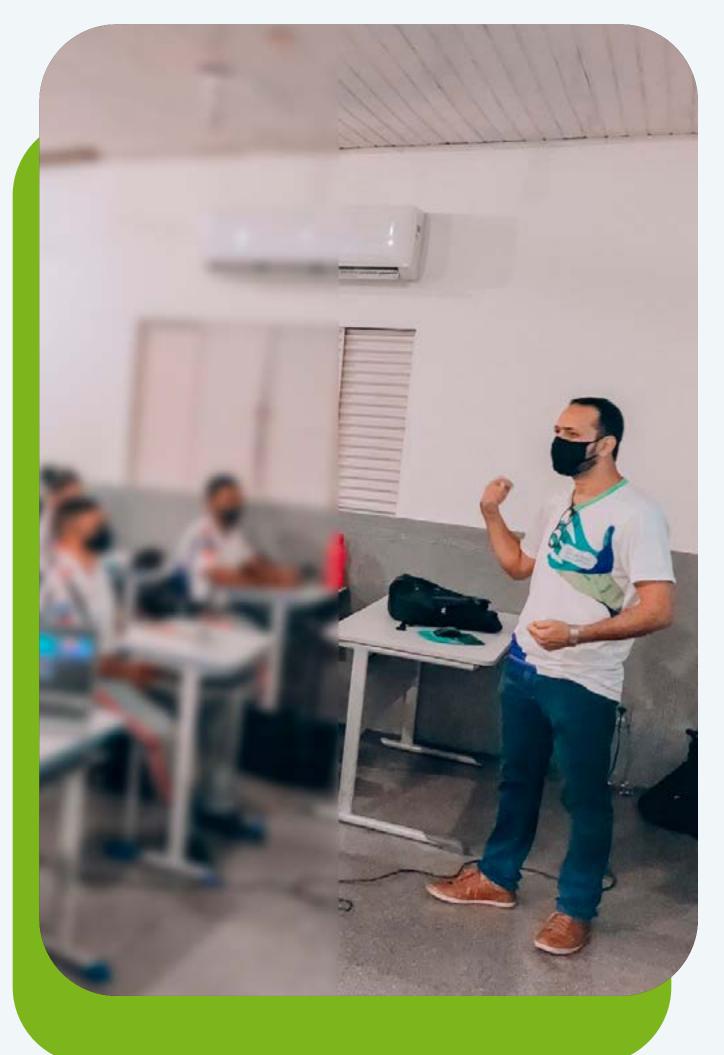
Global Money Week

Durante a Global Money Week, realizada nos dias 21 a 27 de março de 2022, oferecemos uma ação educativa na Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes, em Cuiabá/MT, abordando a temática sobre consumo consciente, com as turmas do 3º ano do Ensino médio.

A ação tem por objetivo conscientizar sobre a importância de garantir que os jovens estejam financeiramente conscientes, adquirindo conhecimentos para tomar decisões financeiras sólidas.

Semana Mundial do Investidor

No dia 06 de outubro de 2022, realizamos uma ação educativa para as crianças e jovens, com idades entre 06 a 15 anos, atendidas pela Associação Caminhando para Mais um Sonho – ACAMIS, durante a Semana Mundial do Investidor, que este ano aconteceu entre os dias 3 a 9 de outubro. A campanha tem o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da educação financeira e proteção dos investidores. Ao todo, 106 pessoas participaram da atividade.







CIDADANIA FINANCEIRA

Palestras Educação Fincanceira

Ao longo de 2022, o Sicoob Integração, por meio de palestras de Educação Financeira, buscou despertar a importância da inclusão financeira das pessoas para uma mudança do modelo mental e de postura, resultando em atitudes adequadas de planejamento e consumo sustentável.

- No dia 25/08/2022, durante o **Encontro Regional de Gestores Educacionais**, a convite da Diretoria Regional de Educação de Mato Grosso DRE, realizamos uma palestra para 500 Gestores sobre os temas relacionados ao planejamento financeiro, consumo consciente e finanças sustentáveis.
- Durante as atividades da **Semana Interna de Prevenção de Acidentes SIPAT** da Centro Oeste Airports COA, empresa que administra os aeroportos de Sinop, Alta Floresta, Rondonópolis e Cuiabá, foi realizado uma palestra de educação financeira abordando os temas sobre planejamento e finanças pessoais. A ação ocorreu no dia 21/12/2022 e contou com a um público de 30 colaboradores da organização e a participação dos voluntários transformadores da nossa Agência em Várzea Grande.
- Os colaboradores das empresas Pantanal e União Transportes, localizadas em Várzea Grande, também foram beneficiados com palestras sobre Educação Financeira, nos dias 21/09/2022 e 28/09/2022, na ocasião da **Semana Interna de Prevenção de Acidentes SIPAT**. A ação, contou com a presença de 73 colaboradores, entre mecânicos, motoristas e gestores administrativos. planejamento financeiro, consumo consciente e finanças sustentáveis.









CIDADANIA FINANCEIRA

Contação de histórias do livro da Coleção Financinhas

No dia 07 de novembro de 2022, realizamos uma contação de história para os alunos do 2° e 3° do ensino fundamental da Escola Municipal Elza Martins de Queiroz Oliveira, localizada em Diamantino, a 181 km de Cuiabá. A ação contou com uma abordagem lúdica e divertida, utilizando os livros da Coleção Financinhas para ensinar as 53 crianças conceitos de cidadania financeira.





COOPERATIVISMO

Semana Nacional do Cooperativismo

Durante os dias 27 de junho a 03 de julho de 2022, realizamos ações educativas relacionadas com a difusão do cooperativismo em 03 escolas públicas da baixada cuiabana. Ao longo de toda semana, mais de 60 pessoas, entre crianças e jovens, foram beneficiadas com palestras sobre os temas "Brincando de Cooperar", "Cooperação – Como podemos mudar o mundo" e "Valor compartilhado".





COOPERATIVISMO

Programa Conexão Sicoob

Depois de dois anos de pausa estratégica, o programa Conexão Sicoob — Rota 2022, retornou seguindo o formato híbrido (online e presencial), com o propósito de impulsionar conceitos de empreendedorismo e cooperativismo a jovens de 15 a 29 anos, por meio de uma trilha de aprendizagem acompanhada de mentorias, inspirando-os a desenvolver competências e habilidades capazes de liderar mudanças significativas em suas comunidades.

A etapa presencial do programa, contou com a participação de 11 jovens que tiveram a oportunidade de colocar em prática todo o conhecimento adquirido na etapa online, no laboratório de inovação do Sebrae, localizado em Cuiabá-MT, no dia 05/12, com 8 horas de duração.

O encerramento da edição, foi marcada pela premiação no valor de R\$ 500,00 ao grupo que apresentou a melhor solução para o desafio "Como empreender soluções para a sua comunidade através do cooperativismo."





COMUNIDADE

Projeto Escuta Sicoob

De acordo com o último senso realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística — IBGE, existem, atualmente 127.388 pessoas no Estado de Mato Grosso com algum grau de dificuldade auditiva.

Visando o atendimento ao cooperado sem recursos financeiros para adquirir, tanto próteses quanto os acessórios auditivos, o Projeto Escuta Sicoob é uma linha de crédito incentivada com taxas e condições exclusivas, criada em parceria com o Instituto Maçônico Ouvir.

No dia 10 de novembro de 2022, recebemos na agência Dom Bosco, nossa primeira cooperada beneficiada pelo projeto.





COMUNIDADE

Iniciativas Sociais

Entre os meses de julho a dezembro de 2022, além da participação nas ações sistêmicas, destacamos outras iniciativas idealizadas pela própria cooperativa, com o foco na promoção do desenvolvimento econômico e social dos locais e regiões em que estamos presentes, impactando pessoas e territórios.

O Projeto Sementes que Cooperam nasce com a finalidade de atender uma demanda social, a partir da produção e cultivo de hortaliças e plantas não lenhosas, por meio da construção de hortas escolares, para o suprimento nutricional de pessoas que vivem em condições de insegurança alimentar.

No dia 25/11, realizamos na Escola Estadual Leovegildo de Melo, em Cuiabá-MT, a última fase do projeto, que é dividida, ao todo, em 04 etapas - Sensibilização; Formação dos responsáveis pela horta; Plantio e Colheita. Além da escola, outras 20 famílias serão beneficiadas pelo projeto.





COMUNIDADE

Iniciativas Sociais

Entre os meses de outubro e dezembro de 2022, realizamos ações sociais voltadas à arrecadação de brinquedos e cestas básicas, destinadas a crianças de famílias que vivem em condições de vulnerabilidade social e insegurança alimentar de comunidades localizadas na baixada cuiabana e região noroeste do Estado. Ao final, mais de 400 pessoas foram beneficiadas pelas ações.





DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL

Quando o assunto é tornar o mundo melhor para todos, cada decisão nossa é também um compromisso de fazer mais pelo que realmente importa: o futuro das pessoas e do planeta.

E é pensando lá na frente que o Sicoob Integração o torna público o seu Plano de Sustentabilidade, um documento estratégico, com diretrizes e ações específicas para tornar esse cuidado inestimável com a coletividade cada vez mais presente em todas as etapas do que fazemos.

Assim como tudo no cooperativismo, esse Plano ganhou vida a partir de muitas vozes. Dialogamos com cooperados, cooperativas, colaboradores, lideranças internas, representantes das comunidades, órgãos governamentais, órgãos setoriais, parceiros, e identificamos os temas com maior potencial de impacto pela nossa atuação. Essa visão se traduz nos temas da materialidade da sustentabilidade do Sicoob, que refletem nossos compromissos de impacto positivo.

Cuidamos das comunidades por princípio, e nossa vocação é o desenvolvimento local e regional, realizando ações de investimento social a partir do fortalecimento do diálogo com a comunidade.

Promovemos a cidadania financeira atrelada ao negócio, pois entendemos a importância da inclusão, da acessibilidade e da educação financeira para as comunidades onde atuamos.

asseguramos a ética e a proteção financeira dos cooperados por meio de estruturas e mecanismos sólidos de governança.

Estamos também dispostos a apoiar e estimular os cooperados na transição para uma economia mais sustentável e circular. Afinal, as mudanças climáticas são uma realidade, e é por meio das finanças sustentáveis que contribuiremos para a superação dos desafios de mitigação dos riscos ambientais e a adaptação a eles.

É nosso dever, ainda, difundir e praticar os princípios cooperativistas em todo o modelo de negócio, pois acreditamos que eles são a chave para um futuro próspero, que equilibra crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Além disso, nós nos preocupamos com a segurança da informação e proteção da privacidade. Garantimos investimentos em tecnologias e na formação contínua de pessoas para proteção financeira dos cooperados.





DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL

Por fim, respeitamos e zelamos pela observância dos direitos humanos para todas as pessoas, almejando sempre ampliar a diversidade e a igualdade de oportunidades. Esta declaração reafirma o propósito do Sicoob de conectar pessoas e promover justiça financeira e prosperidade para esta e as próximas gerações. Temos consciência dos desafios pela frente e enxergamos neles grandes oportunidades para continuarmos contribuindo para um futuro melhor

Nossa força é a cooperação. Por isso, contamos com os vínculos sistêmicos estabelecidos entre estruturas nacionais, cooperativas centrais, singulares e cooperados, e com todas as pessoas que acreditam no potencial de transformação do cooperativismo financeiro para abraçar esses compromissos e conquistar um amanhã mais sustentável.

Sicoob: mais que uma escolha financeira; a decisão de cuidar do que é valioso para todos.

Plano de Sustentabilidade Sicoob: https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/sustentabilidade.





EXPANSÃO

NACIONAL

Em movimento de expansão,

Sicoob ultrapassa 4 mil pontos de atendimento. Com mais de quatro mil pontos de atendimento físico, a instituição financeira cooperativa é a primeira em número de pontos físicos

Com a convicção de que nada substitui o olho no olho, que prioriza a valorização das pessoas e da comunidade, o Sicoob conquista a liderança em número de pontos de atendimento físico do Brasil, de acordo com informações do Banco Central (BC).

São mais de quatro mil pontos de atendimento físico distribuídos em mais de duas mil comunidades do país.

No último ano, quando já havia conquistado a segunda posição, a instituição reforçou seu propósito de conectar pessoas para promover justiça financeira, escolhendo estar mais próximo de seus cooperados com estrutura física e engajamento digital, que fortalece os atributos e essência do cooperativismo.





Em apoio a expansão sistêmica e buscando estar mais próximo, nossa cooperativa "acelerou" o processo de expansão, com novas agencias, escritórios de negócios e ainda com a reforma e ampliação das agencias já existentes levamos o cooperativismo a novos municípios e comunidade além de atendimento próximo e humanizado com ambientes modernos e seguros.

A melhoria contínua de nossas estruturas é um compromisso desta gestão, e deve continuar de forma intensa nos próximos anos levando cada vez mais ambientes de qualidade a nossos colaboradores e cooperados.

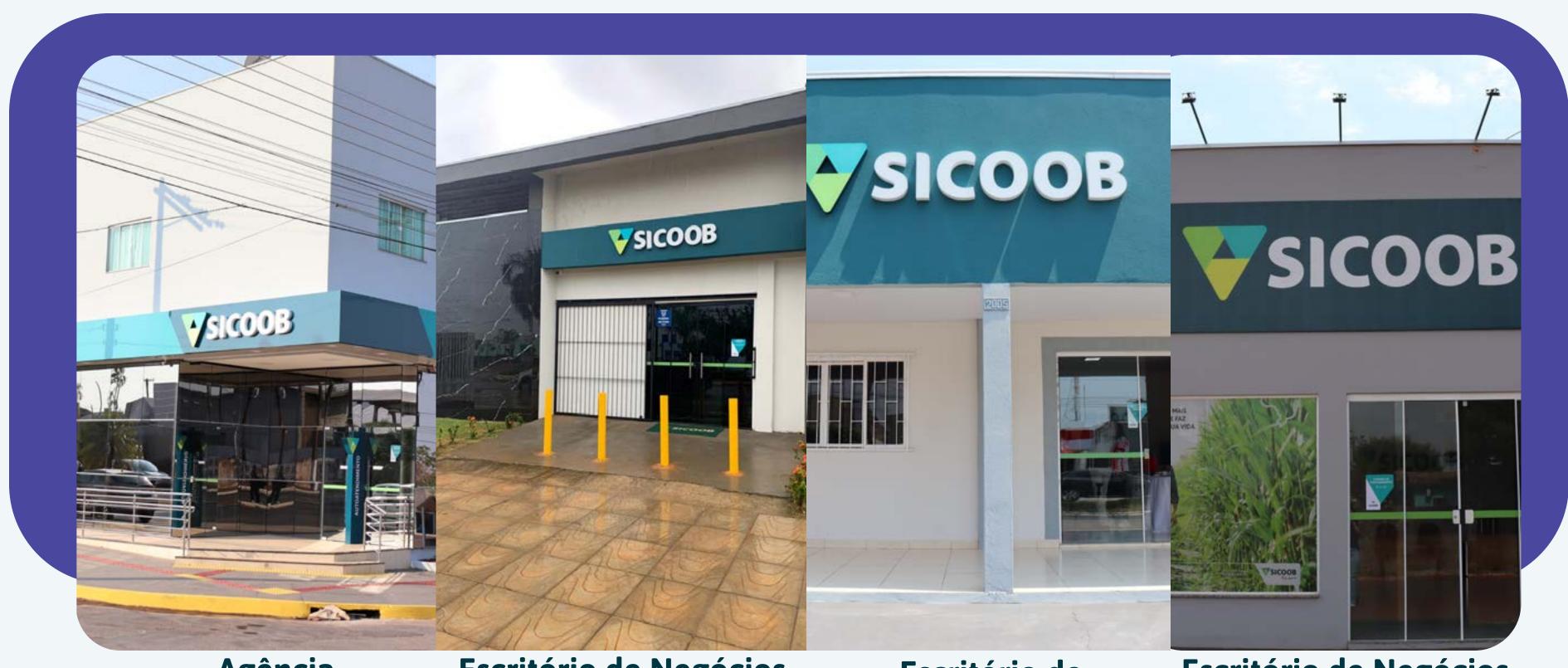


34



35

EXPANSÃO SICOOB INTEGRAÇÃO

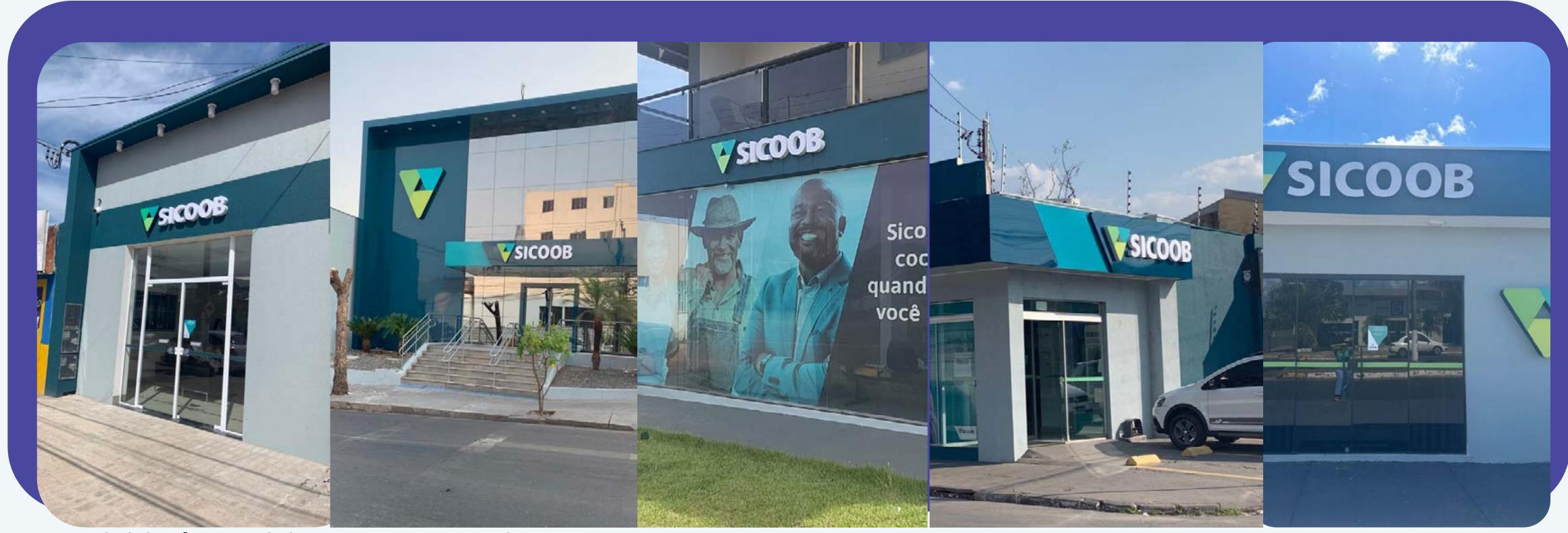


Agência Diamantino Escritório de Negócios Nova Ubiratã

Escritório de Negócios Nobres Escritório de Negócios Boa Esperança (Sorriso)



EXPANSÃO SICOOB INTEGRAÇÃO



Escritório de Negócios Rosário Oeste

Agência Dom Bosco

Escritório de Itanhangá

Agência CPA Escritório de Negócio Nova Marilândia





38

SICOOB EM NÚMEROS

NACIONAL

ATIVOS TOTAIS

R\$237,7

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$38,2

OPERAÇÕES DE CRÉDITO* BRUTA

R\$147,5

SOBRAS/ RESULTADO

R\$7,2

Dezembro 2022 (dados prévios)R\$ bilhões

DEPÓSITOS TOTAIS

R\$147,9

QTD. COOPERADOS

7.024.445

^(*) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: R\$ 6,96 bilhões; Operações de Crédito Líquida: R\$ 140,58 bilhões. Fonte: Demonstrações Financeiras Combinadas do Sicoob. Projeções: Centro Cooperativo Sicoob.

SICOOB EM NÚMEROS



39

NACIONAL

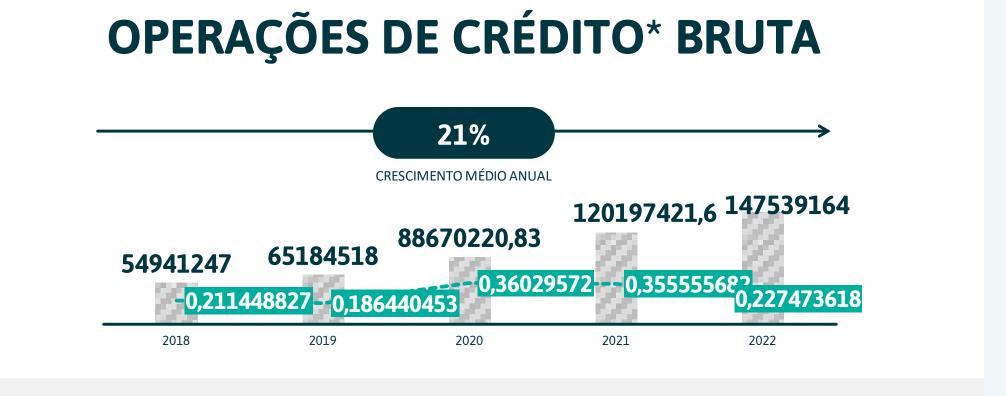
Dezembro 2022 (dados prévios)R\$ bilhões



21% CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL 126536945,4 147881688 107577501 64226576 74146046,22 0,153413734 0,154444949 --- 0,450886540,176239866 0,168683878

2021

DEPÓSITOS TOTAIS





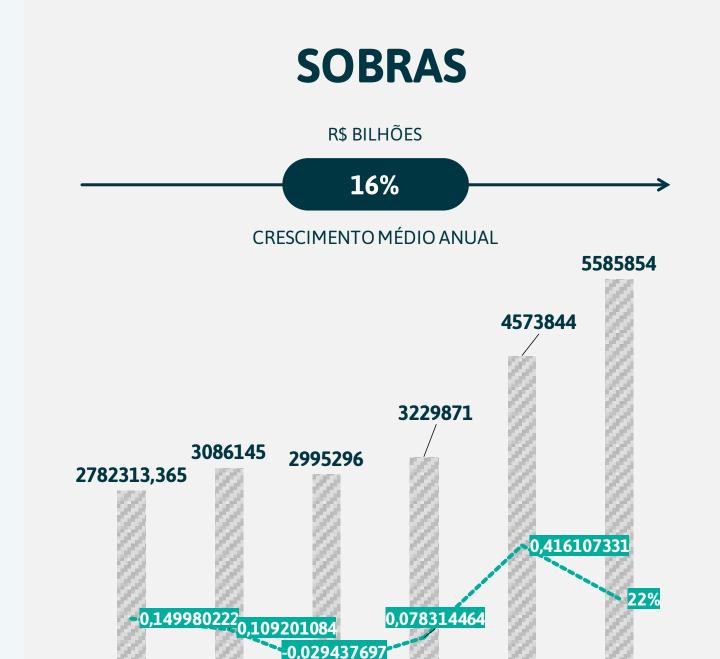


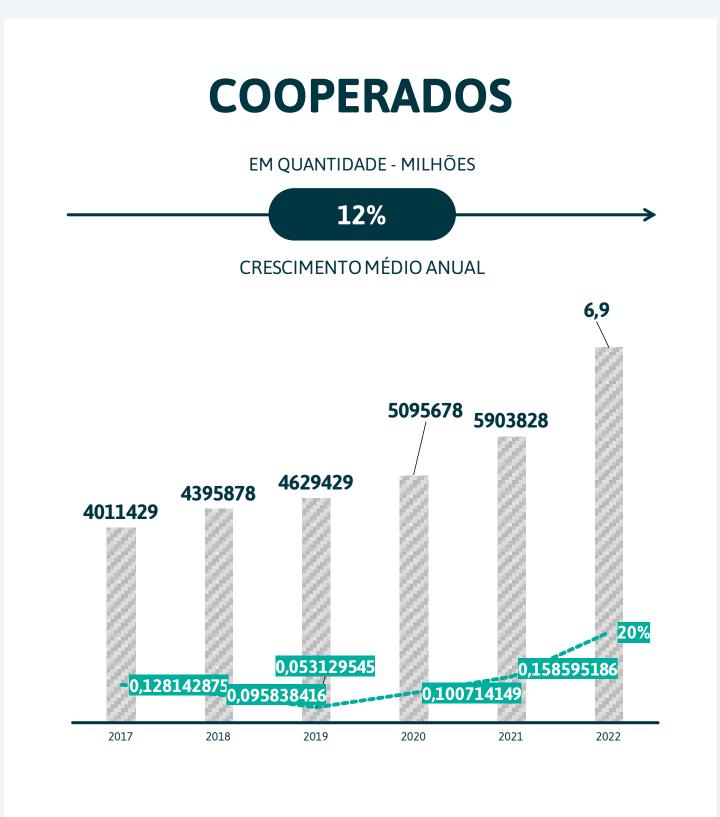
2019

^(*) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: R\$ 6,96 bilhões; Operações de Crédito Líquida: R\$ 140,58 bilhões. Fonte: Demonstrações Financeiras Combinadas do Sicoob. Projeções: Centro Cooperativo Sicoob.

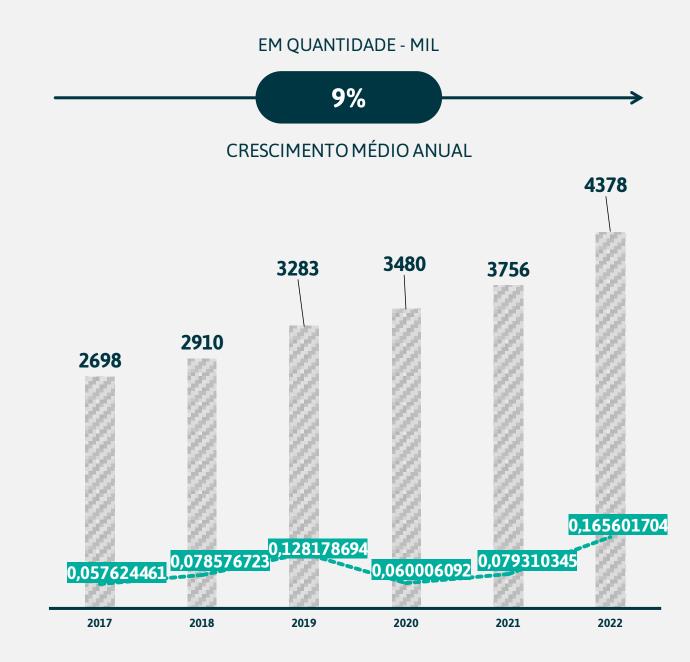








PONTOS DE ATENDIMENTO



Fonte: Centro Cooperativo Sicoob – Demonstrações Financeiras Combinadas

SICOOB EM NÚMEROS

CENTRAL RONDON

SICOOB CENTRAL RONDON EM ATUAÇÃO



Abertura de 74 novas agências (crescimento de 104%)



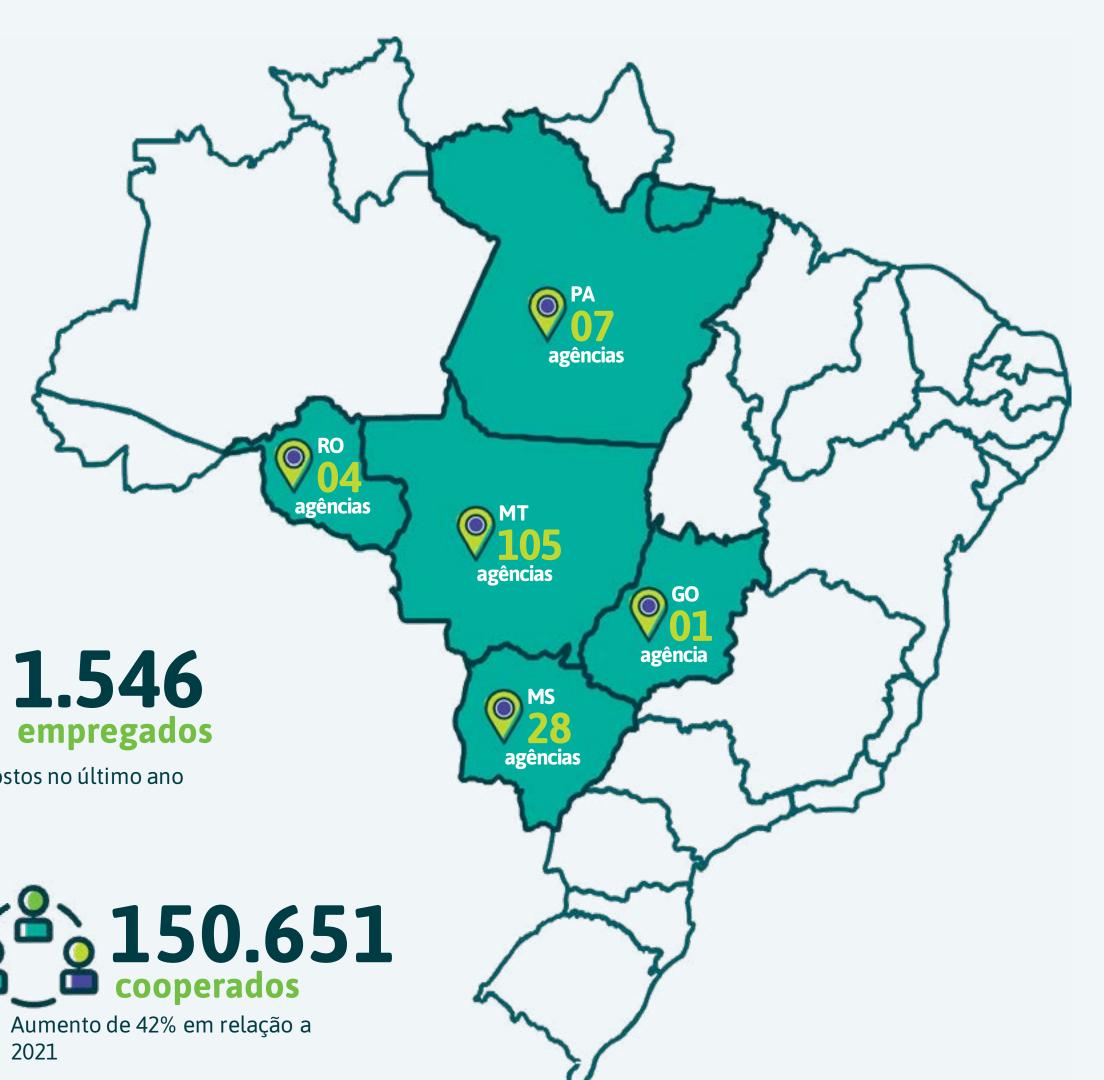
63 municípios a mais que em 2021 (121%)





Expansão para 2 novos estados (Pará e Goiás)





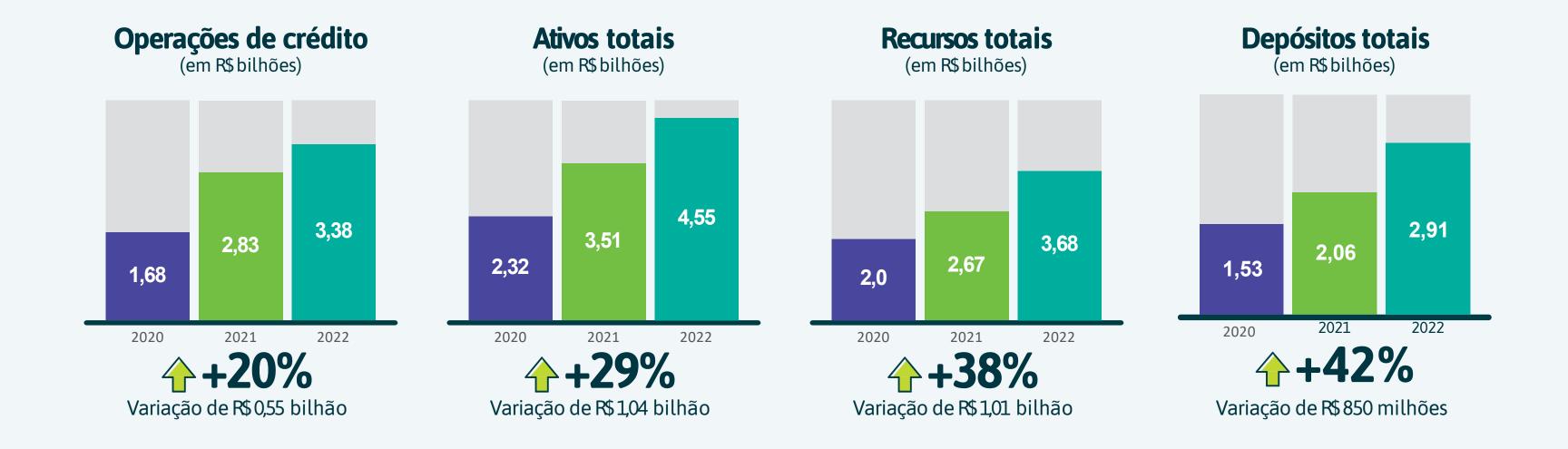
41

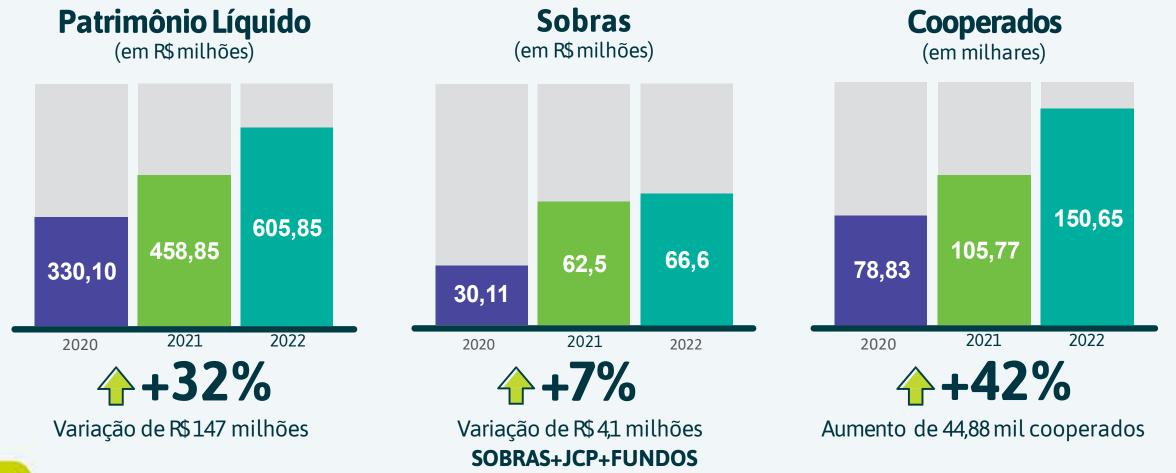
SICOOB EM NÚMEROS



42

CENTRAL RONDON







43

SICOOB EM NÚMEROS

SICOOB INTEGRAÇÃO



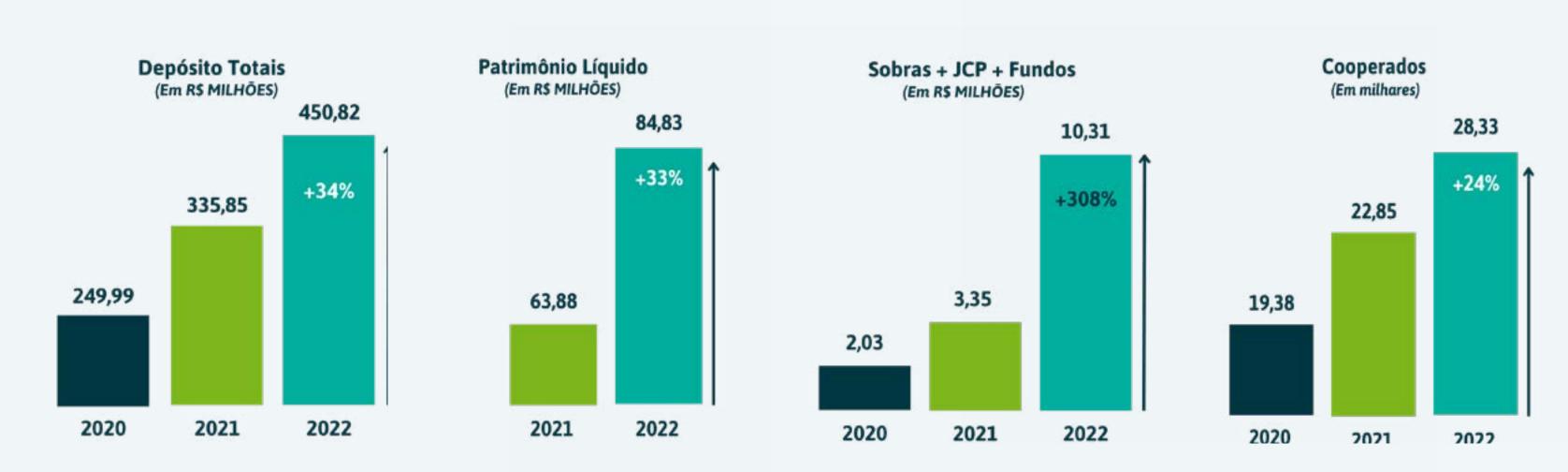
2021 2022

22,85 mil 28,33 mil Cooperados Cooperados 16 **25** Agências Agências **15** Municípios Municípios 159 240 Colaboradores Colaboradores

SICOOB EM NÚMEROS

SICOOB INTEGRAÇÃO









46

SICOOB INTEGRAÇÃO CNPJ: 08.742.188/0001-55 BALANÇO PATRIMONIAL Em Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Notas	31/12/2022 658.870.608,75	31/12/2021 495.969.955,55
DISPONIBILIDADES	4	5.948.774,22	4.378.412,31
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	·	664.671.170,76	505.729.593,51
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	151.987,16	135.000,00
Títulos e Valores Mobiliários	6	11.582.196,79	, -
Relações Interfinanceiras		160.398.269,81	108.884.206,54
Centralização Financeira	4	160.398.269,81	108.884.206,54
Operações de Crédito	7	479.351.396,18	386.306.657,23
Outros Ativos Financeiros	8	13.187.320,82	10.403.729,74
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(27.687.543,11)	(38.409.124,43)
(-) Operações de Crédito	7	(24.531.473,25)	(35.993.094,10)
(-) Outras	8.1	(3.156.069,86)	(2.416.030,33)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	587.578,52	26.984,35
OUTROS ATIVOS	10	6.842.574,74	7.915.406,57
INVESTIMENTOS	11	· -	10.979.355,68
IMOBILIZADO DE USO	12	14.408.573,27	10.092.928,29
INTANGÍVEL	13	1.040.361,87	756.253,81
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12,13	(6.940.881,52)	(5.499.854,54)
TOTAL DO ATIVO		658.870.608,75	495.969.955,55
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		658.870.608,75	495.969.955,55
DEPÓSITOS DE COMPANION DE COMPA	14	392.562.470,68	332.978.011,43
Depósitos à Vista		163.013.514,21	146.801.197,80
Depósitos a Prazo		229.548.956,47	186.176.813,63
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		168.194.982,36	88.778.196,07
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	57.433.539,44	1.841.861,28
Relações Interfinanceiras		79.989.533,52	76.846.193,22
Repasses Interfinanceiros	16	79.989.533,52	76.846.193,22
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16	29.027.421,20	7.612.278,87
Outros Passivos Financeiros	17	1.744.488,20	2.477.862,70
PROVISÕES	18	2.072.346,82	1.655.933,90
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	1.284.589,64	1.094.256,66
OUTROS PASSIVOS	20	10.280.405,30	7.699.088,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	84.475.813,95	63.764.468,99
CAPITAL SOCIAL		74.129.533,02	59.917.185,85
RESERVAS DE SOBRAS		6.666.323,24	2.073.321,05
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.679.957,69	1.773.962,09
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		658.870.608,75	495.969.955,55

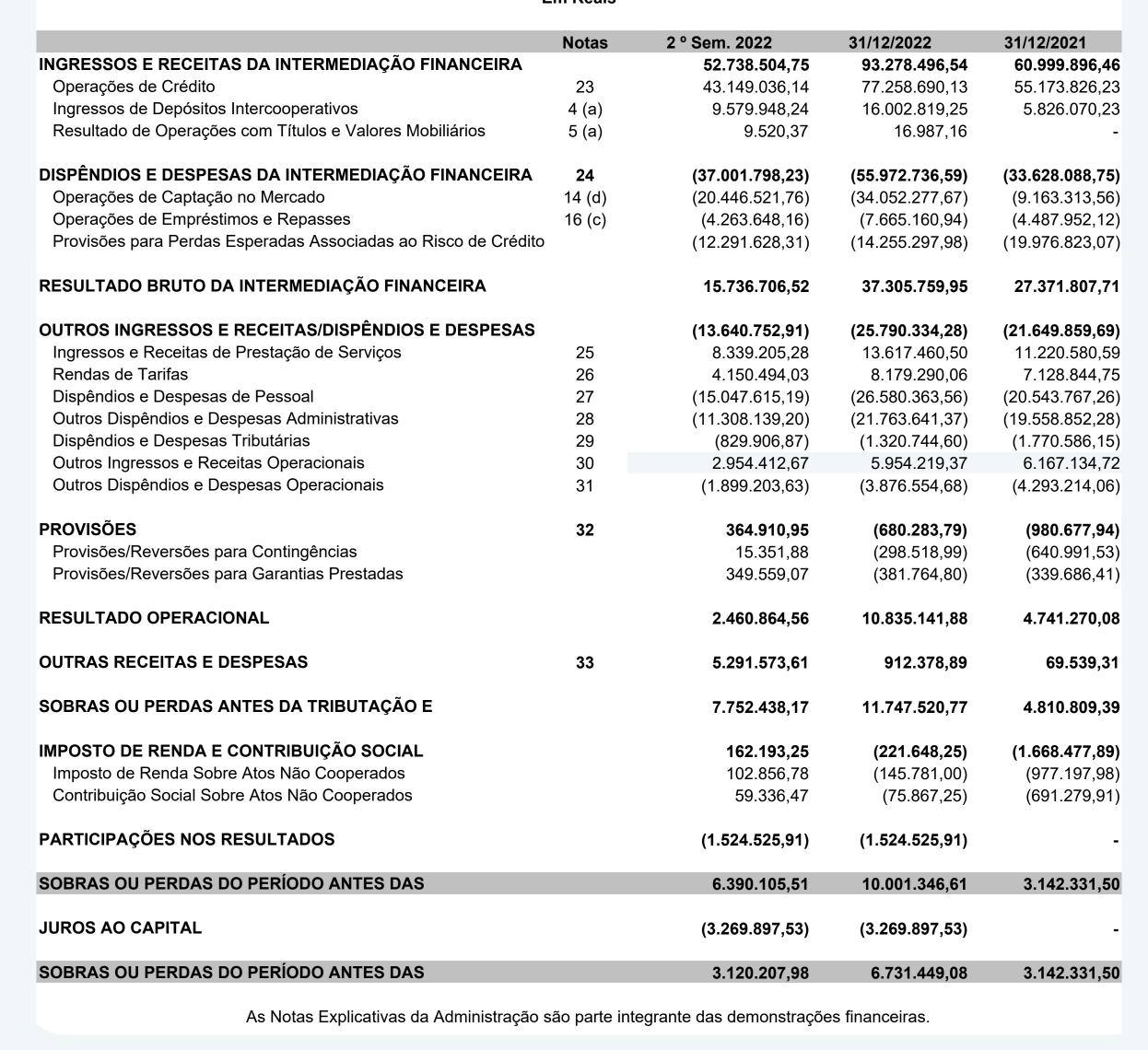
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO

SICOOB INTEGRAÇÃO CNPJ: 08.742.188/0001-55 DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais





COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO

SICOOB INTEGRAÇÃO CNPJ: 08.742.188/0001-55 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		7.752.438,17	11.747.520,77	4.810.809,39
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(2.842,11)	(6.420,39)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		12.291.628,31	14.255.297,98	19.976.823,07
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	32	(349.559,07)	381.764,80	339.686,41
Provisões/Reversões Não Operacionais	32	208.065,37	4.869.366,24	114.757,05
Provisões/Reversões para Contingências Atualização de Depósitos em Garantia	32	(15.351,88)	298.518,99	640.991,53
Depreciações e Amortizações	28	- 802.142,62	(179,28) 1.565.076,81	1.436.870,48
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	20	20.689.363,52	33.114.524,20	27.313.517,54
				,,,
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(9.520,37)	(16.987,16)	(135.000,00)
Títulos e Valores Mobiliários		(599.999,00)	(602.841,11)	-
Operações de Crédito		(87.933.840,13)	(114.702.800,70)	(134.997.705,76)
Outros Ativos Financeiros		(3.479.343,57)	(6.102.229,35)	(5.789.558,72)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos Outros Ativos		(473.901,14)	(560.594,17)	- - 404 602 06
		2.308.318,71	(3.796.534,41)	5.404.623,86
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais Depósitos à Vista		21.223.096,74	16.212.316,41	38.524.940,99
Depósitos a Prazo		23.228.822,03	43.372.142,84	46.261.921,76
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		26.853.497,13	55.591.678,16	1.129.789,98
Relações Interfinanceiras		14.724.201,07	3.143.340,30	30.244.594,08
Obrigações por Empréstimos e Repasses		10.935.675,74	21.415.142,33	(11.260.875,86)
Outros Passivos Financeiros		629.792,22	(733.374,50)	2.110.708,10
Provisões		(10.000,00)	(263.870,87)	(746.710,12)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		435.578,01	468.898,87	13.852,37
Outros Passivos		(5.021.694,00)	(2.213.106,64)	(499.258,86)
FATES - Atos Cooperativos		(673.144,91)	(673.144,91)	(314.233,15)
Imposto de Renda Pago		-	(285.359,13)	(1.113.613,48)
Contribuição Social Pago		-	(214.855,01)	(743.213,49)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		22.826.902,05	43.152.345,15	(4.596.220,76)
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	2.842,11	6.420,39
Aquisição de Intangível		(126.245,61)	(299.398,08)	(81.080,87)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.885.083,99)	(4.424.404,79)	(519.328,44)
Aquisição de Investimentos		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	-	(1.206.420,39)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(3.011.329,60)	(4.720.960,76)	(1.800.409,31)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		8.755.571,65	14.617.141,84	6.811.318,52
Devolução de Capital à Cooperados		(1.562.588,13)	(3.555.424,76)	(9.594.784,68)
Estorno de Capital		(10.605,91)	(10.948,70)	(0.001.701,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	-	(1.010.564,91)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.161.578,79	3.161.578,79	-
Reversão/Realização de Fundos		314.233,15	314.233,15	202.796,34
Outros Eventos/Reservas		126.460,47	126.460,47	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		10.784.650,02	14.653.040,79	(3.591.234,73)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		30.600.222,47	53.084.425,18	(9.987.864,80)
Modificaçãos Líquidos do Coivo o Equivolentes do Coivo				
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	405 740 004 50	440,000,040,05	400 050 400 05
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período	4	135.746.821,56	113.262.618,85	123.250.483,65
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	166.347.044,03 30.600.222,47	166.347.044,03 53.084.425,18	113.262.618,85 (9.987.864,80)
Tallagae Elquida de Calha e Equitalentes de Calha		JU.JUU.ZZZ,41	00.007.720,10	(5.557.554,00)
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SICOOB INTEGRAÇÃO CNPJ: 08.742.188/0001-55 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		63.165.357,76	(468.122,53)	816.388,45	1.013.981,69	64.527.605,37
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:			(10011==,00)	0.0000,10		0.110_11000,01
Distribuição de sobras para associados		3.416,78	0,00	0,00	(1.013.981,69)	(1.010.564,91)
Movimentação de Capital:			-7	7,	((
Por Subscrição/Realização		6.894.935,61	(83.617,09)	0,00	0,00	6.811.318,52
Por Devolução (-)		(9.594.784,68)	0,00	0,00	0,00	(9.594.784,68)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	202.796,34	202.796,34
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	3.142.331,50	3.142.331,50
Destinações das Sobras do Período:		,	,	,	,	ŕ
Fundo de Reserva		0,00	0,00	1.256.932,60	(1.256.932,60)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(314.233,15)	(314.233,15)
Saldos em 31/12/2021		60.468.925,47	(551.739,62)	2.073.321,05	1.773.962,09	63.764.468,99
			, ,			
Saldos em 31/12/2021		60.468.925,47	(551.739,62)	2.073.321,05	1.773.962,09	63.764.468,99
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	21 (d)	0,00	0,00	1.773.962,09	(1.773.962,09)	0,00
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	126.460,47	0,00	126.460,47
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		14.997.945,01	(380.803,17)	0,00	0,00	14.617.141,84
Por Devolução (-)		(3.555.424,76)	0,00	0,00	0,00	(3.555.424,76)
Estorno de Capital		(10.948,70)	0,00	0,00	0,00	(10.948,70)
Reversão/Realização de Fundos	21 (d)	0,00	0,00	0,00	314.233,15	314.233,15
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	10.001.346,61	10.001.346,61
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	21 (e)	0,00	0,00	0,00	(3.269.897,53)	(3.269.897,53)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.161.578,79	0,00	0,00	0,00	3.161.578,79
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	21 (d)	0,00	0,00	2.692.579,63	(2.692.579,63)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	21 (d)	0,00	0,00	0,00	(673.144,91)	(673.144,91)
Saldos em 31/12/2022		75.062.075,81	(932.542,79)	6.666.323,24	3.679.957,69	84.475.813,95
Saldos em 30/06/2022		64.376.915,70	(591.339,08)	3.847.283,14	3.611.241,10	71.244.100,86
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	126.460,47	0,00	126.460,47
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		9.096.775,36	(341.203,71)	0,00	0,00	8.755.571,65
Por Devolução (-)		(1.562.588,13)	0,00	0,00	0,00	(1.562.588,13)
Estorno de Capital		(10.605,91)	0,00	0,00	0,00	(10.605,91)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	314.233,15	314.233,15
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	6.390.105,51	6.390.105,51
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					/a aaa c = ==:	/2 222 /
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(3.269.897,53)	(3.269.897,53)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.161.578,79	0,00	0,00	0,00	3.161.578,79
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	2.692.579,63	(2.692.579,63)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(673.144,91)	(673.144,91)
Saldos em 31/12/2022		75.062.075,81	(932.542,79)	6.666.323,24	3.679.957,69	84.475.813,95

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO

SICOOB INTEGRAÇÃO
CNPJ: 08.742.188/0001-55
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	Notas	2 ° Sem. 2022 6.390.105,51	31/12/2022 10.001.346,61	31/12/2021 3.142.331,50
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		6.390.105,51	10.001.346,61	3.142.331,50
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão União e Negócios - Sicoob Integração, doravante denominado Sicoob Integração, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10/04/2006, filiada à CCC dos Estados MT/MS e Cacoal/RO – Sicoob Central Rondon e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O Sicoob Integração, sediado na **Avenida Carmindo de Campos, N° 727, Jardim Califórnia, Cuiabá - MT**, possui 23 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Cuiabá - MT, Várzea Grande - MT, Chapada dos Guimarães - MT, Juína - MT, Juara - MT, Brasnorte - MT, Castanheira - MT, Ipiranga do Norte - MT, Nova Ubiratã - MT, Rosário Oeste - MT, Nobres - MT, Boa Esperança - MT, Itanhangá - MT, Nova Marilândia - MT e Diamantino - MT.

O SICOOB INTEGRAÇÃO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional* – CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional* – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* -

CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 24/02/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas,

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido -CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

52

NOTAS EXPLICATIVAS

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

- ii) a recepção do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
- a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
- b) mensurar os passivos:
- b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
- b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 40.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a Instrução Normativa BCB n° 315, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB INTEGRAÇÃO contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, quando aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

I) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a database do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos - Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB INTEGRAÇÃO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	5.948.774,22	4.378.412,31
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a) – Nota 35.2 (a)	160.398.269,81	108.884.206,54
TOTAL	166.347.044,03	113.262.618,85

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RONDON como determinado no art. 17, da Resolução

CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira – nota 35.2	9.579.948,24	16.002.819,25	5.826.070,23

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez, registrados integralmente no circulante estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Banco Sicoob (a)	151.987,16	135.000,00

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI com remuneração de 101,00% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram, respectivamente:

Descrição	2° sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa	9.520,37	16.987,16	0,00

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os Títulos e Valores Mobiliários, registrados integralmente no não circulante, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central de Crédito – nota 35.2	11.582.166,79	0,00
Outras Participações	30,00	0,00
TOTAL (a)	11.582.196,79	0,00

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição		31/12/2022		31/12/2021			
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	172.910.356,62	161.713.799,63	334.624.156,25	144.442.210,39	136.610.735,54	281.052.945,93	
Financiamentos	17.201.354,25	38.901.278,10	56.102.632,35	10.929.497,94	22.835.501,90	33.764.999,84	
Financiamentos Rurais	66.706.711,35	21.917.896,23	88.624.607,58	26.072.269,46	45.416.442,00	71.488.711,46	
Total de Operações de Crédito	256.818.422,22	222.532.973,96	479.351.396,18	181.443.977,79	204.862.679,44	386.306.657,23	
Operações de Credito	ľ	ľ í		,	(17.922.544,10)	• • •	
TOTAL	242.936.519,40	211.883.403,53	454.819.922,93	163.373.427,79	186.940.135,34	350.313.563,13	

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Perce de R	/el / entual isco / ação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA -	Normal	28.747.173,20	2.779.331,57	17.152.521,47	48.679.026,24	0,00	54.535.044,72	0,00
A 0,5%	Normal	104.153.911,33	13.593.236,84	49.501.547,31	167.248.695,48	(836.243,65)	110.310.472,16	(551.552,42)
B 1%	Normal	99.462.752,99	21.979.468,84	20.150.049,52	141.592.271,35	(1.415.922,88)	93.451.334,27	(934.513,41)
B 1%	Vencidas	3.073.828,36	86.379,57	0,00	3.160.207,93	(31.602,25)	399.739,96	(3.997,47)
C 3%	Normal	55.240.057,99	13.652.963,64	991.879,54	69.884.901,17	(2.096.547,20)	69.416.237,58	(2.082.487,20)
C 3%	Vencidas	2.518.443,66	1.167.438,67	0,00	3.685.882,33	(110.576,63)	2.044.949,08	(61.348,54)
D 10%	Normal	12.861.478,83	1.316.331,13	801.056,98	14.978.866,94	(1.497.886,85)	14.587.367,08	(1.458.736,78)
D 10%	Vencidas	3.092.029,29	577.007,47	27.552,76	3.696.589,52	(369.659,11)	2.879.837,41	(287.983,81)
E 30%	Normal	3.457.643,57	356.281,53	0,00	3.813.925,10	(1.144.177,69)	3.450.999,97	(1.035.300,06)
E 30%	Vencidas	1.645.721,31	61.699,33	0,00	1.707.420,64	(512.226,35)	2.759.743,41	(827.923,09)
F 50%	Normal	1.963.813,01	27.913,77	0,00				
F 50%	Vencidas	2.385.034,54			2.385.034,54	(1.192.517,43)	2.061.819,99	(1.030.910,07)
G 70%	Normal	1.661.380,05	38.765,60	0,00	1.700.145,65	(1.190.102,12)	3.142.957,29	(2.200.070,17)
	Vencidas	5.548.937,13	79.579,80	0,00	5.628.516,93	(3.939.961,96)	2.673.678,12	(1.871.574,71)
H 100%	Normal	1.644.566,39			1.759.198,06	(1.759.198,06)		(3.346.188,38)
H 100%	Vencidas				7.438.987,52	(7.438.987,52)	19.354.728,02	(19.354.728,02)
		309.192.777,36				· · ·	354.132.161,24	
Total V	encidos	25.431.378,89		•		·	32.174.495,99	
	Geral	334.624.156,25					386.306.657,23	
		(22.438.849,43)			(24.531.473,25)		(35.993.094,10)	
Total L	_íquido	312.185.306,82	54.571.634,15	88.062.981,96	454.819.922,93		350.313.563,13	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	63.065.108,08	109.845.248,54	161.713.799,63	334.624.156,25
Financiamentos	4.570.029,88	12.631.324,37	38.901.278,10	56.102.632,35
Financiamentos Rurais	14.445.631,80	52.261.079,55	21.917.896,23	88.624.607,58
TOTAL	82.080.769.76	174.737.652.46	222.532.973.96	479.351.396.18

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
5.558.658,81	309.196,88	0,00	5.867.855,69	1,22%
34.779,69	0,00	0,00	34.779,69	0,01%
164.224.142,49	35.383.079,08	0,00	199.607.221,57	41,64%
162.092.330,54	20.410.356,39	88.624.607,58	271.127.294,51	56,56%
2.714.244,72	0,00	0,00	2.714.244,72	0,57%
334.624.156,25	56.102.632,35	88.624.607,58	479.351.396,18	100,00%
	5.558.658,81 34.779,69 164.224.142,49 162.092.330,54 2.714.244,72	5.558.658,81 309.196,88 34.779,69 0,00 164.224.142,49 35.383.079,08 162.092.330,54 20.410.356,39 2.714.244,72 0,00	5.558.658,81 309.196,88 0,00 34.779,69 0,00 0,00 164.224.142,49 35.383.079,08 0,00 162.092.330,54 20.410.356,39 88.624.607,58 2.714.244,72 0,00 0,00	5.558.658,81 309.196,88 0,00 5.867.855,69 34.779,69 0,00 0,00 34.779,69 164.224.142,49 35.383.079,08 0,00 199.607.221,57 162.092.330,54 20.410.356,39 88.624.607,58 271.127.294,51 2.714.244,72 0,00 0,00 2.714.244,72

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	35.993.094,10	31.811.969,47
Constituições/ Reversões no período	10.508.646,53	17.874.131,85
Transferência para prejuízo no período	(21.970.267,38)	(13.693.007,22)
Saldo Final	24.531.473,25	35.993.094,10

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	6.035.826,58	1,24%	6.900.181,21	1,75%
10 Maiores Devedores	48.286.630,28	9,89%	50.361.274,40	12,79%
50 Maiores Devedores	149.657.908,53	30,64%	140.100.212,65	35,58%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	48.330.388,68	39.390.799,59
Valor das operações transferidas no período	25.046.771,60	15.748.354,98
Valor das operações recuperadas no período	(2.917.836,23)	(4.778.382,47)
Valor das operações renegociadas no período	(1.270.838,99)	(1.282.698,69)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.644.545,47)	(747.684,73)
Saldo Final	67.543.939,59	48.330.388,68

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrisõe	31/1	2/2022	31/12/2021	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	3.619.626,62	0,00	2.730.199,13	0,00
Rendas a Receber (b)	2.500.319,32	0,00	1.526.278,80	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	1.071.002,78	5.195.593,69	904.600,55	4.584.612,47
Títulos e Créditos a Receber (d)	800.778,41	0,00	658.038,79	0,00
TOTAL	7.991.727,13	5.195.593,69	5.819.117,27	4.584.612,47

- (a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;
- (b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 21.055,30); Rendas de Cartões (R\$ 684.805,87); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 1.718.522,91); e outros (R\$ 75.935,24);
- (c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda Recebidos;
- (d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 795.962,20); e outros (R\$ 4.816,21);

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

	31/12	2/2022 31/12/2021		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(2.889.538,97)	0,00	(2.183.651,09)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(108.983,77)	(157.547,12)	(70.754,05)	(161.625,19)
TOTAL	(2.998.522,74)	(157.547,12)	(2.254.405,14)	(161.625,19)

Relatório Anual 2022 - SICOOB INTEGRAÇÃO

11

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Ní	de R	ercentual isco / ação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	2.318.616,20	0,00
Α	0,5%	Normal	0,00	3.038.703,03	3.038.703,03	(15.193,53)	447.297,27	(2.236,50)
В	1%	Normal	0,00	606.567,26	606.567,26	(6.065,68)	1.201.185,07	(12.011,86)
С	3%	Normal	0,00	881.902,49	881.902,49	(26.457,08)	327.665,40	(9.829,97)
С	3%	Vencidas	0,00	648.240,52	648.240,52	(19.447,24)	0,00	0,00
D	10%	Normal	0,00	323.530,91	323.530,91	(32.353,11)	75.000,00	(7.500,02)
D	10%	Vencidas	0,00	588.218,82	588.218,82	(58.821,90)	717.712,36	(71.771,26)
Е	30%	Normal	0,00	107.053,02	107.053,02	(32.115,93)	331.108,68	(99.332,62)
Ε	30%	Vencidas	472.372,78	0,00	472.372,78	(141.711,85)	505.567,01	(151.670,12)
F	50%	Vencidas	432.282,12	0,00	432.282,12	(216.141,08)	218.996,15	(109.498,10)
G	70%	Vencidas	598.632,40	0,00	598.632,40	(419.042,72)	413.613,89	(289.529,76)
Н	100%	Vencidas	2.116.339,32	72.380,42	2.188.719,74	(2.188.719,74)	1.662.650,12	(1.662.650,12)
	Total I	Normal	0,00	4.957.756,71	4.957.756,71	(112.185,33)	4.700.872,62	(130.910,97)
Т	otal V	encidos	3.619.626,62	1.308.839,76	4.928.466,38	(3.043.884,53)	3.518.539,53	(2.285.119,36)
	Total	Geral	3.619.626,62	6.266.596,47	9.886.223,09	(3.156.069,86)	8.219.412,15	(2.416.030,33)
	Prov	isões	(2.889.538,97)	(266.530,89)	(3.156.069,86)		(2.416.030,33)	
	Total L	.íquido	730.087,65	6.000.065,58	6.730.153,23		5.803.381,82	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos, registrados integralmente no circulante, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Compensar	587.578,52	26.984,35

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

	31/12	2/2022	31/12/2021	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	46.425,61	0,00	19.833,63	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	12.606,72	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores Diversos – País (a)	215.579,97	0,00	19.034,80	0,00
Material em Estoque	0,00	0,00	2.952,00	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	1.664.544,38	5.094.436,40	8.768.204,58	0,00
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(944.348,29)	0,00	(344.737,25)	0,00
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	0,00	0,00	(1.040.379,02)	0,00
Despesas Antecipadas (d)	753.329,95	0,00	490.497,83	0,00
TOTAL	1.748.138,34	5.094.436,40	7.915.406,57	0,00

- (a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 93.572,51); Seguros Contratados a Receber (R\$ 22.834,37); Pendências Avais e Fianças Honrados (R\$ 4.466,57); Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 4.373,19); Diferença de Caixa (R\$ 124,11); e outros (R\$ 90.209,22);
- (b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda Recebidos".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central de Crédito – nota 35.2	0,00	10.979.325,68
Outras Participações	0,00	30,00
TOTAL (a)	0,00	10.979.355,68

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		975.757,91	0,00
Instalações	10%	761.484,79	761.484,79
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.880.415,42	2.930.325,44
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.830.389,17	2.185.729,62
Sistema de Segurança	10%	1.349.362,93	1.135.448,96
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		4.611.163,05	3.079.939,48
Total de Imobilizado de Uso		14.408.573,27	10.092.928,29
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(417.053,69)	(349.515,13)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.735.212,25)	(3.058.681,79)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(2.180.129,61)	(1.562.310,68)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(6.332.395,55)	(4.970.507,60)
TOTAL		8.076.177,72	5.122.420,69

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	20%	346.351,04	220.105,43
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	20%	694.010,83	536.148,38
Intangível		1.040.361,87	756.253,81
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(608.485,97)	(529.346,94)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(608.485,97)	(529.346,94)
TOTAL		431.875,90	226.906,87

14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Dogarioão	31/12/2022		31/12/2022		31/12/2021	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Depósito à Vista (a)	163.013.514,21	0,00	146.801.197,80	0,00		
Depósito a Prazo (b)	229.457.149,52	91.806,95	186.164.275,96	12.537,67		
TOTAL	392.470.663,73	91.806,95	332.965.473,76	12.537,67		

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	23.816.657,69	5,35%	23.290.339,73	6,97%
10 Maiores Depositantes	99.124.634,99	22,27%	87.786.411,65	26,27%
50 Maiores Depositantes	192.920.563,12	43,33%	163.106.535,86	48,81%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2° sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(16.628.494,00)	(29.067.367,05)	(8.645.713,03)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(2.260.736,27)	(2.991.520,24)	(44.412,57)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(1.245.994,07)	(1.420.830,13)	(13.887,29)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(311.297,42)	(572.560,25)	(459.300,67)
TOTAL	(20.446.521,76)	(34.052.277,67)	(9.163.313,56)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

	31/12	2/2022	31/12/2021		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	21.849.640,36	0,00	533.887,02	0,00	
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	1.958.442,57	33.625.456,51	129.924,04	1.178.050,22	
TOTAL	23.808.082,93	33.625.456,51	663.811,06	1.178.050,22	

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de

créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituiçãos	31/12	/2022	31/12/2021		
Instituições	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Recursos do Banco Sicoob	58.409.074,42	18.692.961,99	24.005.598,01	45.416.442,00	
Recursos do Banco Sicoob - Recursos Livres	2.887.497,11	0,00	7.424.153,21	0,00	
TOTAL	61.296.571,53	18.692.961,99	31.429.751,22	45.416.442,00	

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 7,02% ao ano, com vencimento até 16/11/2028.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Inotituiçãos	Taxa média		2022	31/12/2021		
Instituições	(a.m.)	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Cooperativa Central – nota 35.2	110% do CDI	8.476.102,95	0,00	0,00	0,00	
Banco Sicoob	CDI + 0,17%	3.246.681,18	17.304.637,07	7.612.278,87	0,00	
TOTAL		11.722.784,13	17.304.637,07	7.612.278,87	0,00	

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A Banco Sicoob	(3.888.706,13)	(7.021.325,06)	(4.487.952,12)
Cooperativa Central	(374.942,03)	(643.835,88)	0,00
TOTAL	(4.263.648,16)	(7.665.160,94)	(4.487.952,12)

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos, registrados integralmente no circulante:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	1.599.394,40	2.219.427,04
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	10.026,25	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	135.067,55	258.435,66
TOTAL	1.744.488,20	2.477.862,70

- (a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 75.996,01); Convênio Saneamento (R\$ 453,39); Ordens de Pagamento (R\$ 1.522.500,00); e outros (R\$ 445,00);
- (b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito IOF (R\$ 133.859,77); e outros (R\$ 1.207,78).

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

,					
Descrição	31/1	31/12/2022		31/12/2021	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.671.204,51	351.142,31	1.379.987,31	260.594,71	
Provisão para Contingências (b)	0,00	50.000,00	15.351,88	0,00	
TOTAL	1.671.204.51	401.142.31	1.395.339.19	260.594.71	

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	72.724.985,26	41.565.058,57
TOTAL	72.724.985,26	41.565.058,57

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

	31/12/202	2 31/12/2021		
Descrição	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contingências	0,00	0,00	15.351,88	0,00
TOTAL	50.000,00	0,00	15.351,88	0,00

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB INTEGRAÇÃO, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 371.953,48**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas, registrado integralmente no circulante estava assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	0,00	278.565,89
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	67.501,66	45.460,37
Impostos e Contribuições sobre Salários	924.024,05	631.370,26
Outros	293.063,93	138.860,14
TOTAL	1.284.589,64	1.094.256,66

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos, registrado integralmente no circulante estava assim composto:

Transações	31/12/2022	31/12/2021
Sociais e Estatutárias (a)	5.502.932,57	3.179.547,63
Cheques Administrativos	0,00	9,65
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	825.791,56	1.031.342,46
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	3.600.431,75	2.197.031,64
Credores Diversos – País (d)	351.249,42	1.291.157,12
TOTAL	10.280.405,30	7.699.088,50

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	1.247.925,91	0,00
Gratificações e Participações a Pagar	276.600,00	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	3.305.261,75	2.865.314,48
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	673.144,91	314.233,15
TOTAL	5.502.932,57	3.179.547,63

- (a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;
- (a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;
- (a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF.* Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
- (b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.
- (c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 2.644.013,36); Custos de Transações Interfinanceiras (R\$ 26.931,84); Seguro Prestamista (R\$ 403.695,99); Provisão de Despesas com Cartões (R\$ 109.991,66); Transporte (R\$ 127.872,22); e outros (R\$ 287.926,68);
- (d) Os saldos em Credores Diversos País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 6.125,38); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R\$ 192.779,81); Saldos Credores Encerramento C/C (R\$ 3.522,46); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 28.641,72); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 3.344,54); Desconto Folha Pgto Crédito Consignado (R\$ 62.942,05); Pendências Avais e Fianças Honrados (R\$ 24.781,09); e outros (R\$ 29.112,37).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de **2022**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 7.299.098,83** com recursos do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	74.129.533,02	
Associados	28.334	22.846

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 126.460,47.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2022** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021** da seguinte forma:

100% para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 1.773.962,09.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	6.731.449,08	3.142.331,50
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	6.731.449,08	3.142.331,50
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(2.692.579,63)	(1.256.932,60)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(673.144,91)	(314.233,15)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	314.233,15	202.796,34
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.679.957,69	1.773.962,09

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de **2022**, no montante de **R\$ 3.269.897,53**. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7°, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

22. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	11.201.770,47	9.653.397,64
Despesas específicas de atos não cooperativos	(3.965.140,67)	(1.865.037,18)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(3.625.127,38)	(3.977.752,77)
Resultado operacional	3.611.502,42	3.810.607,69
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	912.378,89	69.539,31
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.523.881,31	3.880.147,00
IRPJ/CSLL	(221.648,25)	(1.668.477,89)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(5.126.908,55)	(2.920.604,55)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(824.675,49)	(708.935,44)

23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2° sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	310.525,23	619.294,45	528.116,92
Rendas de Empréstimos	30.099.215,05	55.358.855,53	38.600.954,30
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.422.677,41	4.274.426,95	3.345.732,57
Rendas de Financiamentos	4.445.999,18	7.351.584,73	2.983.023,43
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.139.276,83	1.372.421,11	301.297,59
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.311.778,80	2.616.608,73	1.807.981,61
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	829.704,61	1.487.049,29	1.512.631,00
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	0,03	0,03	0,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	2.589.859,00	4.178.449,31	6.094.088,81
TOTAL	43.149.036.14	77.258.690,13	55.173.826,23

24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(20.446.521,76)	(34.052.277,67)	(9.163.313,56)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(4.263.648,16)	(7.665.160,94)	(4.487.952,12)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	8.120.880,52	22.562.653,92	16.623.290,62
Reversões de Provisões para Outros Créditos	166.030,11	450.279,93	712.766,57
Provisões para Operações de Crédito	(18.000.804,40)	(32.759.094,82)	(34.494.276,67)
Provisões para Outros Créditos	(2.577.734,54)	(4.509.137,01)	(2.818.603,59)
TOTAL	(37.001.798,23)	(55.972.736,59)	(33.628.088,75)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	815.096,28	1.688.247,56	1.847.577,35
Rendas de Convênios	90.058,86	193.249,76	197.654,04
Rendas de Comissão	5.810.227,78	8.598.702,80	6.224.535,93
Rendas de Cartões	1.363.236,33	2.611.282,89	2.468.850,28
Rendas de Outros Serviços	260.586,03	525.977,49	481.962,99
TOTAL	8.339.205,28	13.617.460,50	11.220.580,59

26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.494.327,60	2.700.873,30	2.084.178,95
Rendas de Serviços Prioritários - PF	251.506,50	514.611,98	630.761,40
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	74.289,09	174.186,81	26.759,44
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.330.370,84	4.789.617,97	4.387.144,96
TOTAL	4.150.494,03	8.179.290,06	7.128.844,75

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(72.240,00)	(113.725,86)	(66.458,76)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.090.083,17)	(1.923.457,04)	(1.687.352,53)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.148.363,47)	(5.542.803,20)	(3.917.594,03)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.785.393,51)	(5.041.251,21)	(3.974.183,68)
Despesas de Pessoal - Proventos	(7.863.756,11)	(13.835.985,52)	(10.818.651,04)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(78.712,53)	(110.685,63)	(79.527,22)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(9.066,40)	(12.455,10)	0,00
TOTAL	(15.047.615,19)	(26.580.363,56)	(20.543.767,26)

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(180.519,27)	(455.706,12)	(504.169,95)
Despesas de Aluguéis	(1.258.489,33)	(2.332.976,14)	(1.769.659,09)
Despesas de Comunicações	(417.736,33)	(780.583,37)	(639.814,24)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(669.200,34)	(1.336.189,92)	(581.047,04)
Despesas de Material	(248.274,54)	(333.363,32)	(225.318,63)
Despesas de Processamento de Dados	(1.134.274,95)	(2.351.328,56)	(2.375.547,69)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(279.512,53)	(480.780,33)	(467.225,15)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(181.110,95)	(334.463,76)	(234.899,67)
Despesas de Publicações	(1.355,95)	(6.290,95)	(11.066,00)
Despesas de Seguros	(142.240,58)	(260.450,97)	(226.158,63)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.579.141,71)	(3.099.390,25)	(2.509.747,30)
Despesas de Serviços de Terceiros	(577.596,99)	(1.173.671,19)	(1.529.680,00)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(584.585,69)	(1.116.680,20)	(947.955,23)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(796.208,13)	(1.503.847,34)	(1.025.291,27)
Despesas de Transporte	(315.011,89)	(643.654,27)	(562.992,06)
Despesas de Viagem no País	(257.527,88)	(387.370,11)	(99.578,01)
Despesas de Amortização	(45.486,92)	(94.429,05)	(50.675,57)
Despesas de Depreciação	(756.655,70)	(1.470.647,76)	(1.386.194,91)
Despesas de Emolumentos Cartorários	(398.826,75)	(529.598,36)	(112.789,68)
Despesas de Ações Judiciais	0,00	0,00	(564.382,50)
Despesas Rateadas da Central	(784.768,69)	(1.899.268,42)	(2.793.647,47)
Despesas Rateadas do Sicoob Confederação	(137.671,20)	(271.073,24)	(222.818,79)
Despesa de Contribuição a OCE	(4.281,25)	(7.535,00)	(4.980,00)
Despesas do Centro de Serv. Compartilhados - CCS	(136.599,41)	(205.097,55)	0,00
Outras Despesas Administrativas	(421.062,22)	(689.245,19)	(713.213,40)
TOTAL	(11.308.139,20)	(21.763.641,37)	(19.558.852,28)

29. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(102.230,58)	(190.966,84)	(837.854,19)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(348.803,89)	(558.646,02)	(483.848,98)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(281.241,42)	(446.690,10)	(386.135,89)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(97.630,98)	(124.441,64)	(62.747,09)
TOTAL	(829.906,87)	(1.320.744,60)	(1.770.586,15)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2° sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	135.581,82	198.935,31	161.234,39
Distribuição de sobras da central	0,00	2.842,11	6.420,39
Atualização depósitos judiciais	0,00	179,28	0,00
Rendas de Repasses Interfinanceiros	171.735,39	252.884,32	125.165,25
Outras rendas operacionais	150.608,08	470.093,34	710.742,76
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	2.496.487,38	5.029.285,01	5.163.571,93
TOTAL	2.954.412,67	5.954.219,37	6.167.134,72

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(433.266,09)	(469.287,96)	(173.109,22)
Outras Despesas Operacionais	(355.427,47)	(987.560,67)	(1.300.799,46)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(955.680,30)	(1.795.252,65)	(1.278.519,15)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(65.224,87)	(292.026,61)	(146.199,19)
Perdas - Fraudes Internas	0,00	0,00	(12.451,02)
Perdas - Fraudes Externas	0,00	(79.106,95)	(950,09)
Perdas - Práticas Inadequadas	(76.910,26)	(142.892,28)	(226.992,38)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	0,00	0,00	(1.637,18)
Perdas - Interrupção das Atividades	0,00	0,00	(50,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	0,00	(1.130,69)	(4.300,73)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(7.798,64)	(102.690,87)	(1.148.205,64)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(4.896,00)	(6.606,00)	0,00
TOTAL	(1.899.203,63)	(3.876.554,68)	(4.293.214,06)

32. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	15.351,88	(298.518,99)	(640.991,53)
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	0,00	(251.735,90)	(642.872,66)
Provisões para Demandas Trabalhistas	(20.000,00)	(80.000,00)	0,00
Provisões para Contingências	0,00	(2.134,97)	(4.422,67)
Reversões de Provisões para Contingências	35.351,88	35.351,88	6.303,80
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	349.559,07	(381.764,80)	(339.686,41)
Provisões para Garantias Prestadas	(1.388.197,58)	(3.177.148,20)	(2.181.882,31)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	1.737.756,65	2.795.383,40	1.842.195,90
TOTAL	364.910,95	(680.283,79)	(980.677,94)

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	212.505,50	263.567,17	87.915,67
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	400,00	156.045,67	309.676,36
Ganhos de Capital	13.549,85	93.784,96	8.364,88
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	5.297.546,23	5.297.546,23	0,00
Outras Rendas Não Operacionais	139.186,01	253.113,49	241.721,07
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(106.759,37)	(164.843,31)	(97.663,76)
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	(365,17)	(371,54)	(324.283,25)
(-) Perdas de Capital	(45.705,92)	(101.129,24)	(41.434,61)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(208.065,37)	(4.869.358,25)	0,00
(-) Despesas de Outras Provisões Não Operacionais	0,00	(7,99)	(114.757,05)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(10.718,15)	(15.968,30)	0,00
TOTAL	5.291.573,61	912.378,89	69.539,31

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

35.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no período:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	866.188,80	0,1220%	782,87
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.466.323,07	0,2065%	7.891,32
TOTAL	2.332.511,87	0,3285%	8.674,19
Montante das Operações Passivas	1.227.099,00	0,3422%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022		
Empréstimos e Financiamentos	0,2899%	
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0266%	
Crédito Rural (modalidades)	0,0224%	
Aplicações Financeiras	0,3423%	

b) Total geral das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	28.119,88	145,58	0,6717%
Conta Garantida	2,67	0,01	0,0000%
Financiamentos Rurais	363.163,19	3.631,64	0,4098%
Empréstimos	822.055,46	6.591,20	0,2726%
Financiamentos	422.069,44	0,00	0,7523%
Direitos Creditórios Descontados	19.278,88	0,00	0,0980%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	583.349,22	0,3639%	0%
Depósitos a Prazo	1.353.921,78	0,5898%	1,1751%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	185.266,92	0,5206%	1,3163%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	94.876,95	0,4342%	1,1683%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural — RPL, crédito rural — repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (meses)
Direitos Creditórios Descontados	2,2692%	1,68
Empréstimos	1,3291%	29,49
Financiamentos	1,7300%	48,88
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,4166%	24,03
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	102,1517%	148,93
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,2356%	29,02
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1,1795%	18,83

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	107.632,59
Crédito Rural	1.393.595,00
Direitos Creditórios Descontados	49.572,70
Empréstimos	9.156.534,77
Financiamentos	476.022,74

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	950.649,39	165.656,79

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2° sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(241.838,08)	(405.331,24)	(333.391,40
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.090.083,17)	(1.923.457,04)	(1.687.352,53
F.G.T.S. Diretoria	(55.340,06)	(92.421,08)	(70.859,49
Plano de Saúde	(49.073,28)	(76.481,64)	(23.363,37

35.2 Cooperativa Central

O SICOOB INTEGRAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL RONDON, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RONDON, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL RONDON a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB INTEGRAÇÃO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RONDON perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RONDON:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – nota 4	160.398.269,81	108.884.206,54
Ativo – Investimentos – nota 11	0,00	10.979.325,68
Ativo - Participações de Cooperativas – nota 6	11.582.166,79	0,00
Ativo - Centralização Financeira a Receber da Central – nota 8	1.718.522,91	865.103,62
Total das Operações Ativas	173.698.959,51	120.728.635,84
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses – nota 16	8.476.102,95	0,00
Passivo - Valores a Repassar à Central – nota 20 (d)	192.779,81	141.700,58
Total de Operações Passivas	8.668.882,76	141.700,58

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RONDON:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – nota 4	9.579.948,24	16.002.819,25	5.826.070,23
Rendas de Títulos de Renda Fixa – nota 5	9.520,37	16.987,16	0,00
Total das Receitas	9.589.468,61	16.019.806,41	5.826.070,23
Rateio de Despesas da Central	(733.048,83)	(1.276.318,04)	(1.595.968,20)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(374.942,03)	(643.835,88)	0,00
Total das Despesas	(1.107.990,86)	(1.920.153,92)	(1.595.968,20)

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	81.051.430,22	60.906.282,29
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	506.080.898,97	383.198.950,20
Índice de Basiléia (mínimo 12%)	16,02	15,89
lmobilizado para cálculo do limite	8.076.177,72	5.122.450,69
Índice de imobilização (limite 50%)	9,96	8,41

37. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2° sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(117.927,59)	(229.141,56)	(239.488,93)

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- I) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.
- O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (Δ NII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

38.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional* de Gerenciamento da Centralização Financeira, na *Política Institucional* de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática* (*PRSAC*) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho

de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes

dividades.

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39. Seguros Contratados – Não Auditado

NOTAS EXPLICATIVAS

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM

31 DE DEZEMBRO DE 2022

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

Cuiabá/MT, 31 de Dezembro de 2022.

ADRIANE CRISTINA DE MENEZES FASSBINDER DIRETORA ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

ELISÂNGELA ARAÚJO DA SILVA CASTELHANO DIRETORA DE RISCO

> ELAINE CRISTINA NETO CONTADORA – CRC/MG 082.177/ O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO E NEGÓCIOS - SICOOB INTEGRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB INTEGRAÇÃO.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB INTEGRAÇÃO é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 90,59% nos níveis de "AA" a "C".



5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL RONDON e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB INTEGRAÇÃO registrou o total de 62 (sessenta e dois) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Das reclamações, 26 (vinte e seis) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



68

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	218,28%	10.001.346,61	3.142.331,50
Patrimônio Líquido	32,48%	84.475.813,95	63.764.468,99
Ativos	32,84%	658.870.608,75	495.969.955,55
Depósitos na Centralização Financeira	47,31%	160.398.269,81	108.884.206,54

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	24,02%	28.334	22.846

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	23,97%	88.624.607,58	71.488.711,46
Carteira Comercial	24,11%	390.726.788,60	314.817.945,77
Total	24,09%	479.351.396,18	386.306.657,23

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 16,82% da carteira, no montante de R\$ 82.201.298,03.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	11,04%	163.013.514,21	146.801.197,80
Depósitos a prazo	23,30%	229.548.956,47	186.176.813,63
LCA	2620,54%	35.583.899,08	1.307.974,26
LCI	3992,56%	21.849.640,36	533.887,02
Total	34,40%	449.996.010,12	334.819.872,71

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 29,82% da captação, no montante de R\$ 132.761.362,43.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	33,08%	81.051.430,22	60.906.282,29

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

CUIABÁ-MT, 31 de dezembro de 2022.

ADRIANE CRISTINA DE MENEZES

FASSBINDER:51357534191

Assinado de forma digital por ADR
CRISTINA DE MENEZES

FASSBINDER:51357534191

Dados: 2023.03.08 10:45:45 -04'00'

Adriane Cristina de Menezes Fassbinder Diretora Administrativo Financeiro ELISANGELA ARAUJO
DA SILVA
CASTELHANO:6324206
0172

Assinado de forma digital por
ELISANGELA ARAUJO DA SILVA
CASTELHANO:63242060172
Dados: 2023.03.08 13:59:37
-04'00'

Elisângela Araújo da Silva Castelhano Diretora de Risco



RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão União e Negócios - Sicoob Integração

Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão União e Negócios - Sicoob Integração, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sicoob Integração** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 06 de março de 2023.





Rafael Cavalheri Alexandre
Contador CRC DF-018041/O-2

© Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC



PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO E NEGÓCIOS – SICOOB INTEGRAÇÃO, no uso das atribuições estatutárias, após análise do Relatório da Auditoria Independente, Notas Explicativas, Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado, julgamos que as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB INTEGRAÇÃO, sendo favoráveis e recomendando a aprovação das contas do exercício pela Assembleia Geral.

Cuiabá/MT, 27 de março de 2023.

Benedito Ferreira Paes Sobrinho Moreira Conselheiro Fiscal Efetivo

> Jadir Brum Brasil Conselheiro Fiscal Efetivo

Genivaldo Santana da Costa Conselheiro Fiscal Efetivo

Willian Satoshi Matsumura Conselheiro Fiscal Suplente

Coop. de Créd. de Livre Admissão União e Negócios - Sicoob Integração Av. Carmindo de Campos, nº 727, Sobreloja Piso Superior, Jd. Califórnia 78.070-395 | Cuiabá-MT – Tel. 65.3055-0101

NOSSAS AGÊNCIAS

UNIDADE ADMINISTRATIVA

Av. Carmindo de Campos, 727 - Jardim Califórnia CEP: 78.070-395 - Cuiabá/MT Tel.: (65) 3055-0101

AGÊNCIA DOM BOSCO

Av. Dom Bosco, N° 877 - Centro CEP: 78.020-290 - Cuiabá/MT Tel.: (65) 3359-3397

AGÊNCIA CPA

Rua Pernambuco, N° 446 - Morada da Serra CEP: 78.055-428 - Cuiabá/MT Tel.: (65) 3646-7899

AGÊNCIA CARMINDO DE CAMPOS

Av. Carmindo de Campos, N° 727 - Jd. Califórnia CEP: 78.070-395 - Cuiabá/MT Tel.: (65) 3618-0300

AGÊNCIA FILINTO MULLER

Av. Filinto Muller, N° 598 - Centro Norte CEP: 78.110-302 - Várzea Grande/MT Tel.: (65) 3682-1348

AGÊNCIA DISTRITO

Av. Pedro Paulo de Faria Júnior, N° 1.934, Sala 101 A - Distrito Industrial CEP: 78.098-270 - Cuiabá/MT Tel.: (65) 3665-9878

AGÊNCIA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Av. André Antônio Maggi, S/N, Térreo da AL-MT Centro Político Administrativo CEP: 78.049-901 - Cuiabá/MT Tel.: (65) 3901-1160 / 3901-1168

AGÊNCIA TRIBUNAL DE CONTAS

Rua Seis Conselheiro Benjamin Duarte Monteiro, Pavimento 01 do TCE-MT - Centro Político Administrativo CEP: 78.049-915 - Cuiabá/MT Tel.: (65) 3901-1173

AGÊNCIA JARDIM CUIABÁ

Av. das Flores, N° 945 - SB MEDICAL - Sala 19 - Jd. Cuiabá CEP: 78.043-172 - Cuiabá/MT Tel.: (65) 3057-6872

AGÊNCIA CHAPADA DOS GUIMARÃES

Av. Fernando Correa, N° 631 - Centro CEP: 78.195-000 - Chapada dos Guimarães/MT Tel.: (65) 3301-3113

AGÊNCIA JUÍNA

Rua dos Jambos, N° 898, Eixo comercial - CentroCEP: CEP: 78.320-000 - Juína/MT Tel.: (66) 3566-4648

AGÊNCIA JUARA

Av. Rio Arinos, N° 535S - Centro -CEP: 78.575-000 - Juara/MT Tel.: (66) 3556-4901

AGÊNCIA BRASNORTE

Rua Campo Grande, N° 470 - Centro CEP: 78.350-000 - Brasnorte/MT Tel.: (66) 3592-1446

AGÊNCIA CASTANHEIRA

Rua Gílio Rezzieri, N°598 - Centro CEP: 78.345-000 - Castanheira/MT Tel.: (66) 3581-1510

AGÊNCIA DIAMANTINO

Av. das Palmeiras, N° 1.178 - Novo Diamantino CEP: 78.400-00 - Diamantino/MT Tel. (65) 9 9923-8132

AGÊNCIA IPIRANGA DO NORTE

Rua dos Girassóis, N° 838 -Centro - CEP: 78.578-000 - Ipiranga do Norte/MT Tel.: (66) 99616-1336

AGÊNCIA ITANHANGÁ

Av. Santa Catarina, N° 322 - Centro CEP 78.579-000 - Itanhangá/MT Tel.: (65) 98471-9553

AGÊNCIA NOVA UBIRATÃ

Av. Tancredo Neves, N° 1.190 - Centro CEP: 78.888-000 - Nova Ubiratã/MT Tel.: (66) 9 9697-2755

AGÊNCIA BOA ESPERANÇA

Av. das Azaléas, 1.687. Distrito Boa Esperança CEP 78.899-200 - Sorriso/MT Tel.: (66) 9 9956-1555

AGÊNCIA NOBRES

Av. Presidente Getúlio Vargas, 2.005 - Centro CEP 78.460-000 - Nobres/MT Tel.: (65) 9 9812-8417

AGÊNCIA ROSÁRIO OESTE

Av. Coronel Arthur Borges, N° 483 - Centro CEP 78.470-000 - Rosário Oeste/MT Tel.: (65) 9 9978-0265

AGÊNCIA NOVA MARILÂNDIA

Av. Governador Blairo Borges Maggi - N° 1254W lote 0007 Quadra 001 Jd Planalto II - Nova Marilândia/MT Tel.: (65) 9 9644-2397

AGÊNCIA PRIME (Atendimento exclusivo)

Av. Tenente Coronel Duarte (Prainha), N° 1.002 - Centro CEP: 78.020-000 - Cuiabá/MT Tel.: (65) 3624-3136









